



MUNICÍPIO DE ARGANIL
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Acta n.º 02

Sessão Ordinária
da
Assembleia Municipal
realizada
em

17 de Abril de 2010



Assembleia Municipal

ACTA N.º2

-----Ao décimo sétimo dia do mês de Abril do ano de dois mil e dez, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu pelas dez horas a Assembleia Municipal de Arganil, sob a presidência do Senhor Luís Filipe Soares Quaresma, secretariado pelos Senhores Deputados António Jorge Martins Barata e Mário Pereira Gonçalves na qualidade de 1º e 2º Secretário, respectivamente.-----

----- Seguidamente o 1º Secretário procedeu à chamada nominal tendo respondido os seguintes elementos: ---

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS ELEITOS

----- Luis Filipe Soares Quaresma, João Pedro Travassos Carvalho Pimentel, Manuel Augusto Simões Rodrigues, Luis da Silva Moreira Gomes, Eugénio Tavares Fróis, Paulo Emanuel de Paiva Soares, João António Alvoeiro Duarte, Luis Miguel das Neves Campos Almeida, Carla Maria Travassos Rodrigues, Maria José das Neves Fernandes Silva, Rui Martins Portugal, Érica Geraldês Castanheira.-----

SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS COM ASSENTO

Paulo Jorge Marques Amaral, João António Travassos Nunes, Carlos Alberto Pereira dos Ramos, Alfredo Oliveira Gonçalves Martins, Maria do Rosário Gomes Oliveira, Etlvina Nunes dos Santos, Adelino Antunes de Almeida, João Manuel Rodrigues de Oliveira, Manuel Alberto Saraiva Ribeiro, Arménio Lopes da Costa, José da Conceição Lopes, Amândio Fernandes Dinis, Maria da Graça dos Prazeres Ferreira Lopes, Rui Miguel Santos Almeida Franco, Fernando Ferreira Simões, António Souto Carvalho, José António Gomes Costa e Cidalina Maria Ramos Lourenço Antunes.-----

-----Também estavam presentes o Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Pereira Alves e os Senhores Vereadores: Avelino Pedroso, Luís Paulo Costa, António Cardoso, Paula Inês Moreira Dinis, Rui Miguel da Silva e Eduardo Miguel Ventura.-----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

1- Leitura do expediente -----

-----O 1º Secretário informou que o Sr. Presidente da Mesa, Dr. Dias Ferreira se encontra ausente do País e leu os pedidos de justificação de falta das Deputadas Municipais, Fernanda Mª A. Figueiredo Dias e Mª Armanda de Paiva Ventura G. Miranda.-----



Assembleia Municipal

----- Da leitura de expediente O **Sr. Presidente da Assembleia** deu conhecimento à Assembleia de um convite da Associação Humanitária, Social da Casa do Povo de Barril de Alva, para o dia 18 de Abril às 15 h, convidando os Membros da Assembleia, a estarem presentes na inauguração do Centro de Dia.-----

-----Não havendo nada mais de relevante na correspondência que deu entrada, passou-se ao ponto seguinte. -

2 – Discussão e Aprovação da acta nº 1 realizada no dia 27 de Fevereiro de 2010.-----

-----O **Sr. Deputado Municipal Manuel Augusto**, depois de cumprimentar todos os presentes, leu o documento que a seu pedido se encontra anexo a esta acta e que se refere ao pedido de envio da Acta da Assembleia de 27 de Fevereiro de 2010 (anexo I).-----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia em exercício** esclareceu a Assembleia, que como todos sabem, não é funcionário da Câmara Municipal, nem passa aqui os seus dias e o conhecimento que tem do expediente, é-lhe dado através dos funcionários desta autarquia. Teve de facto conhecimento, porque lhe foi reencaminhado, um e-mail da Deputada Sandra Dias, datado de 08 de Março de 2010, a solicitar que fosse enviada por e-mail a Acta da Assembleia Municipal de 27 de Fevereiro de 2010, tendo então instruído os serviços de darem uma resposta, de que a Acta ainda não estaria pronta e como tal, não era susceptível ser enviada. Nesse mesmo dia foi respondido à Sr.ª Deputada Sandra Dias. -----

----- Continuou, referindo que passados uns dias, ter-lhe sido comunicado, verbalmente, que o Sr. Deputado Manuel Augusto, teria feito um requerimento no sentido semelhante.-----

-----Disse ainda " *eu não estou aqui para culpar os serviços, nem para culpar quem quer que seja, não é essa a questão, mas o que me foi transmitido verbalmente, é que havia um segundo pedido no mesmo sentido, de ser enviada a Acta e eu, sem conhecer o texto do requerimento apresentado, instruí os serviços para darem resposta nos mesmos moldes. Se eu tivesse tido conhecimento de que aquilo que estava a ser requerido, eram as deliberações que foram tomadas por minuta, essas estavam prontas e poderiam ter sido enviadas. O lapso que se passou aqui foi meramente este.*"-----

-----Saliou, que entretanto a última reclamação do Sr. Deputado chegou à poucos dias e os serviços entenderam e entendeu-se, que uma vez que iria ser enviada a documentação para esta Assembleia dentro de dois ou três dias, onde iria a documentação toda e a Acta na integra, então, não faria sentido, por uma questão de um ou dois dias, estar a enviar parceladamente uma deliberação por minuta, quando o Sr. Deputado recebeu a Acta na integra, que estamos hoje aqui para votar.-----

----- Terminou dizendo " *se houve uma falha, foi um falha de comunicação entre mim próprio e os serviços, não houve aqui qualquer intenção deliberada de não se dar as informações pretendidas, não sei se o Sr. Deputado se encontra esclarecido, encontro-me ao dispor para poder se tiver mais alguma questão a colocar*". ---

-----O **Sr. Deputado Municipal Manuel Augusto** interveio novamente, para referir que nesse segundo e-mail, solicitava qual a data de envio para o tribunal de contas do pedido do empréstimo e com documento comprovativo da mesma e isso, também não foi recebido. -----



Assembleia Municipal

-----O **Sr. Presidente da Assembleia em exercício** esclareceu mais uma vez, que este pedido foi enviado ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal não a ele próprio e quando teve conhecimento deste requerimento, ainda não sabia se o Sr. Presidente estaria hoje, se estava no País. -----

-----Disse ainda " *pensei que os serviços teriam comunicado, no sentido de ser ele o Sr. Presidente, pois o requerimento é enviado a ele, para responder ao Sr. Deputado, porque eu não sou o Presidente da Assembleia Municipal, fui em exercício na última Assembleia, estou hoje em exercício, por falta do Sr. Presidente. Este requerimento foi enviado para o Sr. Presidente, se alguém não respondeu, eu não posso assumir essa responsabilidade, porque não a tenho, nem legalmente nem moralmente*". -----

-----Interveio de novo o **Sr. Deputado Municipal Manuel Augusto**, para referir, julgar que as funções do 1º Secretário é substituir o Presidente da Assembleia na ausência dele. -----

-----Referiu ainda, estranhar que sendo enviada a convocatória para a Assembleia assinada pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, efectivamente não lhe tenha sido dado conhecimento do seu e-mail. -----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia em exercício** referiu, julgar que o assunto esteja esclarecido, e garantir no entanto ao Dr. Manuel Augusto, que se no futuro voltar a acontecer uma situação do género, que obviamente terá mais cuidado em saber exactamente o que se está a passar acerca da questão. -----

-----Conclui, dizendo" *quero garantir, que não houve aqui má vontade nem qualquer falta com intenção de prejudicar a oposição nem as suas funções, isso quero que fique bem claro e fique ressalvado*". -----

-----A acta foi posta à votação, sendo aprovada por maioria, com duas abstenções.-----

-----3 - Assuntos de Interesse para o Município.-----

----- Interveio o Sr. **Deputado Serra Correia**, que após cumprimentar todos os presentes trouxe com alguma preocupação um assunto relacionado com uma situação que se passa em Coja. -----

-----Referiu então, que no passado dia 13, isto relativamente à ETAR de Coja, completamente inoperacional, tudo saía para a Ribeira da Mata na confluência com o Rio Alva. Sabe que o Executivo, tem efectuado várias diligências no sentido de solucionar a questão, mas tem que ser mais exigente, perante a empresa Águas Mondego. Há que esclarecer uma situação, porque é que o sistema novo não está a funcionar? -----

----- Referiu ainda, perante a gravidade desta situação, que se acontecer mais uma vez, o Rio vai ter com certeza menos caudal e vai ser um problema grave, não só para a Praia de Coja, como também para as Praias de Arganil. -----

-----Salientou, que a empresa diz que foi lá pôr um gerador, mas isso não é solução, pois se faltar o gasóleo, volta-se à mesma situação. Há sim, que assumir as responsabilidades. A Empresa Águas do Mondego que chame responsabilidades à EDP ou ao sub - empreiteiro que fez as obras, pois agora já é tempo de aquele empreendimento estar correctamente a funcionar. -----

-----Referiu ainda, que devia-se ter chamado a GNR do Ambiente, e que devia ter efectivamente elaborado um auto, que seria pedir responsabilidades à empresa.-----



Assembleia Municipal

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

-----Continuou, referindo que se continua com a estação sem funcionar correctamente, continuando a funcionar o tubo aéreo, quando já deviam ter ligado ao tubo subterrâneo, que passa no próprio Rio. -----

-----Dirigindo-se agora ao Executivo, referiu que pretende que este informasse, quais as diligências que já efectuou e também se for necessário nesta Assembleia, saia reforçada a posição, para que essa empresa Águas do Mondego seja chamada a responsabilidades, porque os turistas ao terem conhecimento do que se passou, muitos deles, poderão não vir a Coja e até mesma a Arganil e isso ser um prejuízo, para além da poluição que é punida por Lei.-----

-----Conclui, referindo que os erros que estão a ser cometidos por essa empresa, ou por terceiras empresas, sendo elas as primeiras responsáveis, mas na rua o povo atira responsabilidades é para a autarquia, para o Executivo.-----

-----O **Sr. Deputado Municipal Manuel Augusto** interveio, referindo-se às eólicas, lendo o documento anexo a esta acta (anexo II). -----

----- Interveio o **Sr. Deputado Luís Gomes**, que após cumprimentar todos os presente, referiu em primeiro lugar, o pedido que já tinha solicitado, aqui na ultima Assembleia, relativamente à sinalização no IC6, congratulando-se, por finalmente estar concluída a ligação da via rápida da 342-4 na sua inserção com o IC6.-----

-----Realçou que, era uma obra à muito esperada para o Município de Arganil, trazendo vantagens para este Município.-----

-----Continuou, dizendo " *finalmente temos uma ligação a uma via rápida, sem prejuízo daquela que também será um eixo principal do nosso desenvolvimento, a 342, mas aberto que está esse troço que nos liga mais rapidamente a Coimbra e a outras vias importantes do País, verifica-se que a sinalização está incompleta, assim como a iluminação. Na verdade, eu tinha sugerido que a indicação ficasse no IC6 fosse feita a referência a Piódão, exactamente para que pudesse ser canalizado para a sede de concelho, Arganil, todo o fluxo de visitantes que se dirige ao Piódão.*" -----

-----Salientou, que aberto que está o troço, verifica-se que essa lacuna, nada foi efectuado por parte da Estradas de Portugal e a iluminação também da Zona Industrial, continua por se fazer.-----

-----Perguntou então, ao Sr. Presidente do executivo, que desse uma informação concreta, das diligências que foram efectuadas e se efectivamente num curto período de tempo, tudo isso não estivesse regularizado, achar que deverá apresentar aqui uma proposta, no sentido, de fazer chegar essa petição de uma forma mais forte à Estradas de Portugal, para que isso se realize, por considerar que é importante. -----

----- Em segundo lugar, referiu o inicio das obras da Cerâmica. Aquando da realização de um fórum, relativamente aos traçados que a Câmara devia optar relativamente à 342, foi levantada também a questão de se realizar um fórum para que a discussão de utilização do espaço da Cerâmica, pudesse ser participado por todos os munícipes interessados. -----

-----Questionou então o Executivo, se realmente o Sr. Presidente da Câmara, tem agendado qualquer fórum desta matéria, para que realmente os munícipes interessados, possam participar na discussão da melhor



Assembleia Municipal

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

utilização desse espaço, inclusivamente, alteração eventual do projecto inicial e rentabilização de todo aquele espaço.-----

-----Terminou, com uma sugestão, relacionada com a localização da realização das Assembleias Municipais, pois quando hoje ouve falar tanto de democracia participada e descentralizada, sugeria para que a Assembleia Municipal também se pudesse realizar de uma forma alternada e de uma forma que fosse julgada mais conveniente, nas freguesias.-----

-----Conclui, dizendo " *creio que é uma forma de descentralizar e chegarmos até junto das pessoas e haver um contacto mais próximo, até para que as pessoas conheçam quem são os Deputados que elegeram, todo o conjunto de Deputados desta Assembleia e também porque não dizê-lo para que alguns Deputados também conheçam a própria realidade do seu concelho. Acho que esta ideia, provocará uma dinâmica diferente em termos democráticos de participação democrática e sugeria que a próxima, já em Junho, fosse realizada numa sede de freguesia que se mostrasse mais disponível e seria uma forma de encetar portanto uma iniciativa deste tipo, que penso, será vantajosa, na medida, como disse, todos passaremos a conhecer melhor a realidade concelhia e por outro lado, também se verificará o inverso por parte das populações, onde a mesma se poderá realizar*".-----

----- Interveio o Sr. **Deputado Municipal Eugénio Fróis**, que após cumprimentar todos os presentes referiu duas notas, sendo uma de contentamento e regozijo e a outra de descontentamento e preocupação.-----

-----Referiu então a primeira, sendo naturalmente e como já foi referida, o prolongamento do IC6, em que todos ficamos contentes com mais esta iniciativa do Governo da República, que nos proporciona um cómodo acesso à nossa terra.-----

-----Disse ainda " *aguardamos e penso que será para breve a ligação e o prolongamento do troço que nos vai permitir levar-nos a Coja, numa via rápida como aquela em que temos ocasião de circular. É de facto o desencravamento efectivo de toda uma região e é um cumprir de uma promessa do Governo do PS, que a nós bancada do PS, muito nos agrada sublinhar aqui*".-----

----- Como nota desagradável, referiu a situação dos esgotos em Coja. Salientou, que na última Assembleia, referiu aqui alguns aspectos que tiveram eco importante na comunicação social, tendo sempre alguma dificuldade de falar nisto, nomeadamente num período em que o turismo e os banhistas nos começam a visitar em Coja, tendo, que todas estas intervenções, têm um efeito positivo de pressão mas também têm o efeito negativo de divulgar algo que não está bem e contribuímos para esse afastamento das pessoas de Coja, tendo sempre quando fala, esta dupla preocupação.-----

-----Salientou, que foi aqui dito, nomeadamente pelo Sr. Presidente da Câmara, que a responsabilidade pelo caso e pela situação que Coja vivia, era devida à não actualização da EDP e da empresa Águas do Mondego e hoje, pela voz do Deputado Municipal Serra Correia, assistiu-se a um certo branqueamento, relativamente à actividade do Município, quanto a esta questão centrando as responsabilidades nas Águas do Mondego.-----

-----Fazendo um pouco o relembrar da situação, referiu, que anteriormente foi aqui referido à EDP e a EDP veio-se defender publicamente, dizendo que quando lhe efectuaram o pagamento, o reforço foi feito em tempo próprio.-----



Assembleia Municipal

[Handwritten signature in blue ink]

-----Continuou, dizendo" *eu não sei se posteriormente irá acontecer o mesmo com a Águas do Mondego, o que eu quero dizer e vou-me repetir é que esta é uma questão da responsabilidade do Município, é um problema que nos preocupa a todos e que por conseguinte não há forma de se libertarem disto, há que resolver a questão e não vale chutar a bola para canto*". -----

----- O **Sr. Deputado Municipal João António Travassos Nunes , Presidente da Junta Freguesia de Arganil**, interveio e depois de cumprimentar todos os presentes referiu pretender apenas propor à Câmara Municipal, uma questão que acha que tem um certo interesse, referindo-se à rampa que está horrível do Senhor dos Aflitos, localizada por baixo das obras agora da EB1. -----

-----Referiu, não se pretender que se faça ali um grande investimento, uma requalificação muito apurada, mas sim, que se fizesse um aformoseamento daquela rampa, que tem a Capelinha do Senhor dos Aflitos muito estimada pelas pessoas da Barreira e que infelizmente se encontra tão abandonada. É uma capelinha pequenina, que foi mandada construir por um particular. -----

-----Saliou, que não é por acaso que o fundo dessa rampa, é escolhida pelos autores das campanhas eleitorais, porque fica de frente e num sítio que dá nas vistas de toda a gente. -----

-----Terminou este ponto, deixando esta sugestão à Câmara Municipal, que logo que possível, mandasse elaborar um projecto simples, que não fique muito caro, mas que torne aquela zona mais bonita. -----

-----Continuou, reforçando o pedido que já teve oportunidade de fazer várias vezes ao Sr. Presidente da Câmara, da Estrada das Levegadas. Referiu, saber que há uma candidatura ao QREN, mas como não sabemos se foi aprovado ou não e como aquela estrada está num estado que justifique um tratamento, ainda que provisório, para aquelas pessoas, que fazem aquele trajecto quatro vezes por dia, possam passar condignamente. -----

----- Interveio o **Sr. Deputado Municipal Luís Almeida**, que após cumprimentar todos os presentes, referiu-se à requalificação do edifício da antiga Cerâmica Arganilense, um espaço devoluto que é muito caro aos Arganilenses e com regozijo acentuou a importância de requalificação de todo o edifício, todo aquele espaço simbólico para o nosso concelho. -----

----- Realçou a construção das piscinas aquecidas Municipais e, referiu que como Deputado Municipal já há 8 ou 9 anos que se debate com esta lacuna que existe no nosso concelho, a par de outro, sendo os únicos concelhos do Distrito de Coimbra sem estas infraestruturas, que se traduzem na melhoria significativa de qualidade de vida dos Arganilenses, sendo uma forma de proporcionar a crianças, jovens e adultos terem a possibilidade de poderem desfrutar de um espaço de eleição para aprendizagem e para a prática do desporto. --

----- Continuou, dizendo" *é sem dúvida uma obra assinalável para o concelho de Arganil, para os Arganilenses e também para todos aqueles que nos visitam e que de certa forma nos passarão a visitar também e, é sem duvida, um marco deste Executivo e do PSD em Arganil*." -----

-----Saliou ainda, que para além das piscinas aquecidas Municipais, será complementado por outras valências, nas áreas do desporto, da cultura e do lazer, esperando que tão breve quanto possível, possamos todos usufruir deste espaço de tamanha importância para nós Asrganilenses. -----



Assembleia Municipal

*
[Handwritten signature]

-----O **Sr. Deputado Municipal Paulo Soares**, interveio e depois de cumprimentar todos os presentes, referiu a sua intervenção ser no sentido de fazer referência às acções desenvolvidas e as que irão ser desenvolvidas pelo Município de Arganil, nas áreas da cultura, do desporto e da juventude. -----

-----Destacou alguns dos eventos, uns que já decorreram, outros que irão decorrer, assim como o Arganil Rock, o Argus Free World, o Workshop de pintura, exibição de filmes, actividades radicais, saraus e encontros gímnicos, espectáculos, alguns que já decorreram aqui no Salão Nobre e o apoio ao atelier a representar com saúde.

-----Salientou, que todos estes eventos são do interesse dos mais jovens do Município, vão ao encontro das suas expectativas, permitem-lhe sentir que afinal não estão longe dos eventos e que os fazem sentirem-se bem. Não precisam ir a outras terras para terem estas oportunidades.-----

-----Destacou também, a ginástica de manutenção e as caminhadas que têm decorrido esporadicamente aos Domingos. Quanto à ginástica de manutenção disse ainda *"na semana passada foi um momento muito bom, que decorreu no Sub - Paço, onde se conseguiram juntar várias gerações, desde pais, filhos e avós. Uns participaram, outros estiveram apenas a passear pelo Sub - Paço, ficando ali reunidas cerca de uma centena de pessoas. Nota-se que foi bom haver ali um espaço de convergência familiar, é isso que se pretende no Sub - Paço, dar dinamismo a um espaço que tem um enorme potencial. Acho que é este o caminho que tem que ser seguido, no fundo garantir qualidade de vida a todos os que estão neste concelho"*.-----

-----Conclui, referindo que ainda há um longo caminho a percorrer, no sentido de dar mais consistência a estas actividades, pois algumas, só começaram agora a ser desenvolvidas, mas está a ficar comprovado que com a consolidação estão a criar-se novos hábitos e é isto que se pretende fazer, com que todos os nossos munícipes tenham acesso a estas actividades.-----

-----Interveio a **Sr.ª Deputada Municipal Carla Travassos Rodrigues**, que após cumprimentar todos os presentes, referiu a sua intervenção relacionar-se com a área da educação e mais concretamente com a requalificação da escola EB1 de Arganil.-----

-----Referiu que tendo em conta os investimentos que já foram feitos na área da educação no nosso concelho, nomeadamente a construção do Centro Escolar de Coja e S. Martinho da Cortiça, colocando Arganil ao nível de excelência nas infraestruturas educativas, gostaria então de saber, qual a participação que é esperada por parte do QREN.-----

-----Terminou, perguntando ainda, quando é que se prevê que os discentes regressem à escola de origem, porque esta é uma preocupação que não é só de todos nós, mas principalmente de pais e encarregados de educação.-----

-----A **Sr.ª Deputada Maria José Silva**, interveio e após cumprimentar todos os presentes referiu-se ao projecto do parque do Prado em Coja, onde foi recentemente picado e retirado o alcatrão do parque de estacionamento.-----

-----Salientou, que é uma situação que se vai tornar mais preocupante agora na época estival e gostaria que o Executivo fizesse o ponto da situação acerca deste projecto.-----



Assembleia Municipal

----- O **Sr. Deputado Municipal João Oliveira, Presidente da Junta Freguesia de Coja**, interveio para em primeiro lugar, manifestar ao Eng.º Paulo Rodrigues a satisfação de o ver a ocupar o lugar de chefe de gabinete, sendo uma mais valia pela sua prática e uma mais valia para o concelho.-----

-----Referindo-se ao Dr. Luis Paulo, que tem sido alvo de "ofensas" em Reuniões de Câmara, nomeadamente dando-lhe o rótulo de incompetência, disse " *eu quero manifestar a continuação do meu agrado pelo seu trabalho, aliás já o fiz várias vezes nesta Assembleia, na medida em que considero que a parte do serviço financeiro e da Câmara, tem sido muito bem organizado e muito bem executado, pela orientação do Dr. Luis Paulo, portanto, continuo a manifestar-lhe o meu apoid'*. -----

-----Continuou, referindo que ao desfolhar o Jornal de Arganil, viu uma noticia sobre a Ponte da Baralha e se bem percebeu, a Ponte da Baralha foi alvo de uma candidatura que até foi aprovada. Perguntou então, ao Sr. Presidente da Câmara se há de facto alguma realidade nisto e, uma vez que está aqui presente o Sr. Vereador, Presidente da Câmara na altura, se isto é verdade ou se interpretou mal.-----

-----Perguntou ainda, ao Sr. Presidente da Câmara quantas empresas estão com sede no Ninho de Empresas.

-----Quanto ao esgotos de Coja, referiu merecer uma atenção muito especial, na mediada em que é difícil saber, pois tem telefonado sistematicamente para o Eng.º das Águas Mondego que está responsabilizado por este trabalho e a verdade, é que não consegue encontrar que ele lhe diga a verdadeira razão da situação em que se encontram a central elevatória de Coja. -----

-----Referiu ainda, que da parte da Câmara deverá haver uma força, já que a Junta não tem força suficiente, para terem conhecimento daquilo que se está a passar. -----

-----Relativamente ao Prado em Coja, referiu esperar pela resposta do Sr. Presidente da Câmara. Sobre a razão de que foi retirado o alcatrão, disse " *possivelmente compete-me a mim dizer, porque foi responsabilidade da Junta de Freguesia, o terreno é da Junta de Freguesia, há anos, suponho eu, no tempo em que era Presidente da Câmara o Dr. Maia Vale e Presidente da Junta o Sr. Eugénio Fróis, fez-se ali um alcatramento para facilitar o estacionamento dos carros, no entanto agora, uma Sr.ª de Coja de nome Maria Manuela, fez queixa para o Ministério da Saúde, para o Ministério do Ambiente, da Administração Interna, para a CCDRC e levámos um auto de contra ordenação com uma multa de trinta e sete mil e quinhentos Euros e a obrigatoriedade de retirar todo aquele pavimento no prazo de x dias. Nós contestámos, mas não fomos atendidos, portanto quando chegou ao limite do prazo, tivemos de retirar e escarificar o terreno. Acontece ainda, que neste momento, recebemos um processo do tribunal de Arganil, posto pela mesma Dr.ª Maria Manuela, sobre o acesso ao prado. O acesso pela rua da Levada e reivindica que aquele acesso não é publico que é propriedade dela e que tem que ser fechado, aliás, já em tempos pôs lá um portão e nós mandámos retirar, fez queixa crime nessa altura, a Delegada Procuradora da República foi ao local, viu, analisou e mandou arquivar o processo, no entanto ela agora um ano depois, torna novamente a meter em tribunal e estamos perante um caso de indemnização na ordem do trinta mil Euros, portanto é esta a informação que eu posso dar-lhe sobre isto "*.-----

----- Inteveio o **Sr. Deputado Municipal Rui Franco, Presidente da Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça**, que após cumprimentar todos os presentes manifestou o seu descontentamento e



Assembleia Municipal

desagrado por duas questões que o preocupam bastante, sendo uma delas em o Governo da República ter suspenso a candidatura da obra da Serra da Estrela, que serviria o prolongamento que corresponde ao prolongamento do IC6 para o interior do País, pois é tão importante ligar Arganil aos concelhos do interior do País, como ligar Arganil ao Distrito de Coimbra.

-----Referiu ainda, que nós temos muito o hábito de falar sobre o que está feito, mas seríamos muito mais produtivos, se falássemos sobre aquilo que falta fazer e os erros cometidos, porque neste caso a corda mais uma vez partiu pelo lado mais fraco. -----

-----Salientou, que a obra da Serra da Estrela foi suspensa, talvez porque o Governo se preocupe pouco com o interior do País. -----

-----Continuou, referindo uma questão que o preocupa bastante, que tem a ver com a Estradas Portugal e com a Direcção Regional de Coimbra. Referiu que gostava de saber, porque é que a Direcção de Estradas, o seu Director e os funcionários públicos que lá trabalham, não respondem aos ofícios dos Presidentes da Junta de Freguesia, que manifestam para lá as suas preocupações e apontam os problemas que vão encontrando nas Estradas Nacionais, que vão atravessando as nossas freguesias. -----

-----Disse ainda" *conheço casos de Presidentes de Junta aqui do nosso Concelho, que fazem sucessivos ofícios para lá, fazendo sugestões e a levantarem problemas, que não têm sequer uma resposta, nem sequer negativa. Nós somos pura e simplesmente ignorados. Quem compõe essa Direcção Regional, inclusivamente o seu Director, são meros funcionários públicos e nós somos cidadãos autarcas eleitos pelo povo. Exigimos resposta, apesar de cada vez mais o Presidente da Junta estar desqualificado e não tem valor no contexto nacional daquilo que é a governação do País. Erradamente, mas é assim que está a acontecer, portanto, quando chegamos ao ponto de meros funcionários públicos não responderem a autarcas eleitos democraticamente a ofícios que vêm ao encontro da solução de problemas das pessoas nas suas localidades, estamos muito mal". -----*

-----Conclui, sugerindo ao Executivo da Câmara Municipal, que visto as Juntas não terem direito de resposta, por parte desse organismo, que pergunte o que é que se passa, se os Presidentes da Junta não existem e não merecem resposta. -----

----- O **Sr. Deputado Municipal Rui Portugal**, interveio e após cumprimentar todos os presentes, referiu a sua intervenção dever-se sobretudo ao facto de ser representante deste Órgão, junto da Comissão de Acompanhamento da Revisão do PDM, sentindo-se então na obrigação de dizer mais ou menos o que é que se tem passado em traços largos. -----

-----Informou, que já se realizaram duas reuniões gerais, que são realmente frutíferas mas demoradas. São cerca de trinta organismos representados nessas reuniões, é o reflexo e o espelho perfeito, do que é a burocracia neste País. Inconcebível, que tanta Direcção Regional exista, são demasiados directores gerais ou directores regionais. -----

-----Referiu, ter sugerido na altura numa critica, que aquilo resumido a um só bloco, um só Director Regional, depois com as várias vertentes era suficiente e era uma grande economia para o País, pois desta forma isto não vai a lado nenhum, não há hipótese. São reuniões demoradas, depois para se marcar uma nova reunião é



Assembleia Municipal

complicado, por causa dos calendários, portanto tendo-se realizado duas novas reuniões gerais estando previstas entretanto nesses intervalos, várias reuniões sectoriais, para debater de facto problemas já mais específicos, conforme as áreas de cada uma delas.-----

-----Salientou, ter alguma formação urbanística, devido à profissão que exerceu, tendo no entanto chamado a atenção dos vários elementos, acerca de problemas que nota, de carências do concelho, daquilo que observa, vários problemas, várias nódoas negras que vê semeadas por estes e muitos concelhos, que caso ele próprio fosse entidade, não autorizava, mas aconselharia por outro lado, a que se fizessem determinadas obras, que estivessem mais em consonância enfim com ambiente rural, ao qual pertence com muito orgulho e que se enquadra neste tipo de paisagem, da qual é admirador, desta paisagem que uma entidade superior a nós criou com uma grande perfeição, e o homem infelizmente está a destruir, como se está a verificar pelos acontecimentos que estão a decorrer ultimamente.-----

----- Referiu, ser um defensor do ambiente, mas por outro lado, achar que não podemos ser fundamentalistas ao ponto do que aconteceu com uma Direcção Regional, que acha que tomou uma atitude fundada de facto em argumentos, os quais não pode aceitar, que é o caso que chumbou o empreendedorismo turístico da Quinta da Estafeira, porque há uma desconformidade com a REN, porque uma parte do dez hectares que esse empreendimento vai ocupar, uma pequena parte cai numa zona de REN (Reserva Ecológica Nacional) e posto isso terá sido chumbado.-----

-----Disse ainda" *eu chamei a atenção de uma forma bastante provocatória, muito zangado e como jurista, tenho dificuldade em compreender, como é que certas pessoas não são responsabilizadas criminalmente até, por tomarem atitudes desta natureza, um empreendimento que envolve um investimento de vinte milhões de euros, vai criar postos directos, cerca de cem postos directos com a instalação de setecentas camas e que é uma mais valia para o centro do País, para o nosso concelho, porque temos falta de instalações, sobretudo na zona aqui da nossa serra, que é o petróleo que nós temos cá para vender, é ouro que nós temos e petróleo, maravilhoso, é a nossa Serra do Açor, o vale do alva, temos aqui belezas naturais extraordinárias e chumba-se assim um projecto de uma forma leviana. Podia ser aprovado condicionalmente, dependente da aprovação do PDM, ou do afastar de determinados escolhos que têm que ser afastados necessariamente, portanto, tomam-se atitudes destas, eu tenho dificuldade em compreender, não sei como é que essas pessoas não são responsabilizadas, deviam ser. "* -

-----Continuou, referindo que chamou a atenção para isso e por outro lado aconselhou as pessoas que estão lá nos gabinetes climatizados e não sabem o que se passa no País, que saiam de lá, que venham ao terreno, que observem o que se passa no País onde eles habitam, pois ao tomarem-se decisões até a outros níveis superiores, parece que não estão de facto num país, enfim, relativamente pobre, mas rico em potencialidades que não estão a ser aproveitadas.-----

-----Salientou que tem procurado cumprir o seu papel e , de acordo também com os apoios que são poucos, fez um relatório que mandou para lá assim como também aqui para a Câmara Municipal.

-----Terminou, solicitando aos Senhores Deputados, que se tiverem alguma sugestão, opinião a dar relativamente a qualquer situação que entendam, que achem que não está correcto, que se enquadre agora na



Assembleia Municipal

A
[Handwritten signature]

revisão do PDM, que podem comunicar para a Câmara ou então por o seu correio electrónico que é o seguinte: ruiportugal@iol.pt, que tomará nota e fará chegar à Comissão as sugestões, porque mostra até interesse da nossa parte pois é muito importante esta revisão para o desenvolvimento do Concelho, porque há muita coisa que está parada, à espera exactamente da aprovação do PDM que até ao final do ano tem que estar aprovado, tem que ser publicado. -----

-----O **Sr. Presidente da Câmara** usou da palavra e após cumprimentar todos os presentes, referiu-se à questão dos esgotos de Coja, salientando as duas preocupações de natureza operacional, particularmente do Sr. Deputado Serra Correia e do Sr. Presidente da Junta de Coja e uma preocupação de cariz político, do Sr. Deputado Eugénio Fróis. -----

-----Fazendo uma retrospectiva do histórico da relação do Município com as Águas do Mondego, referiu ao Sr. Deputado Eugénio Fróis, que as Águas Mondego celebraram com a Câmara Municipal um contrato que define um conjunto de obrigações, quer da parte do Município, quer da parte das Águas Mondego e a calendarização na altura, apontava para que a ETAR de Coja, estivesse pronta em 2005, estamos em 2010, portanto começa aqui o primeiro incumprimento por parte da Águas Mondego. -----

-----Recordou ainda, que é detida na sua maioria pela Águas de Portugal que emana directamente da responsabilidade do Ministério do Ambiente e do Governo em última análise. -----

-----Referiu ainda, que a ETAR de Coja, de facto ficou concluída em Setembro e o problema da Estação Elevatória tem-se vindo a manter e a persistir com persistentes intervenções da Câmara junto das Águas Mondego para resolverem o assunto, porque em primeiro lugar, os responsáveis são as Águas Mondego que têm depois o seu relacionamento com a EDP e com a empresa construtora da obra da Estação Elevatória e também da ETAR, mas são as Águas Mondego responsáveis. -----

-----Continuou, dizendo " *quero recordar aqui, que na última Assembleia Municipal desafiamos essa bancada, a associar-se à bancada do PSD, no sentido de ser feita uma Moção junto das Águas Mondego para, reforçar esta posição do Município à qual o Sr. Deputado Eugénio Fróis, estranhamente para nós, porque estavam aqui em causa os superiores interesses do Concelho, negou esse desafio. De qualquer forma, temos vindo a alertar, temos consciência da situação grave que aconteceu dia 13 de Abril*". -----

-----Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Serra Correia, de facto tomamos uma posição mais dura junto das Águas Mondego, foi encontrada uma solução provisória utilizando um gerador, mas o que nos foi transmitido pelas Águas Mondego ainda é mais grave, é que o projecto, porque este é um concurso de concepção/construção e o projecto que foi feito, não contemplo uma intensidade da corrente, suficiente para fazer a bombagem da travessia do rio, portanto esta solução do gerador, é para tentar provisoriamente resolver o problema, porque terá que haver uma alteração em termos de corrente. A EDP instalou 55 amperes e serão necessários 100 amperes em termos de intensidade da corrente. -----

-----Salientou, que a Câmara tem feito tudo aquilo que pode, aliás a Câmara foi além daquilo que era responsável, nomeadamente falando com a EDP e com a empresa construtora, porque quer que o assunto se resolva. Salientou ainda, que este assunto é da responsabilidade das Águas Mondego, que isso ficasse aqui bem



Assembleia Municipal

claro, e que este assunto fosse encarado por todos como uma necessidade urgente de ser resolvido, que não nos perdêssemos e que não houvesse uma confusão na resolução do problema com questões político/partidárias. ----

-----Referindo-se à intervenção do Deputado Dr. Manuel Augusto, disse" *ouvi com atenção a sua intervenção e sempre disse que repudiava a política baseada no insulto, na calúnia ou no ataque pessoal, razão pela qual, sobre as suas considerações de natureza pessoal sobre mim próprio e sobre este Executivo Camarário não terão qualquer resposta, uma vez que não pretendo contribuir para baixar do debate político no concelho, a níveis inaceitáveis, portanto, não responderei a esse tipo de considerações.*"-----

-----Relativamente às Eólicas, referiu que em 2005, estavam instalados no concelho 20 MW, a Câmara tinha recebido contrapartidas iniciais de 100 mil €, em 2010 ao dia de hoje estão garantidas a instalação de 63 novos MW de energias renováveis no concelho e a Câmara já recebeu 870 mil € de contrapartidas iniciais. Portanto, são factos, são números e mostram bem a diferença do trabalho retórica e a diferença do trabalho do pragmatismo.-

-----Continuou, referindo gostar de questionar o seguinte" *porque é que havendo três empresas como acontecia em 2002, uma com uma proposta de comparticipação em termos de facturação de energia eléctrica de 1,5%, outra de 3,5% e outra de 5,5%, a Câmara Municipal de então, convidou as empresas em entender-se e o resultado final é de 4%, ou seja, abaixo do valor da melhor proposta. Continuo sem perceber e ter qualquer tipo de resposta, relativamente a esta questão*". -----

-----Relativamente à intervenção do Sr. Deputado Luís Gomes, informou que já reuniram com as Estradas Portugal sobre a questão da sinalização do IC6, mas de facto até agora não houve resposta, indo a Câmara insistir por escrito, porque entendem que é uma questão de maior relevância.-----

-----Quanto à questão da Cerâmica, do fórum, referiu estar previsto que ele possa decorrer durante o mês de Maio. Relativamente à EN 342, referiu que já reuniram com a Estradas Portugal sobre esta matéria e a Estradas Portugal assumiram o compromisso de vir a Arganil explicar o projecto de ligação Lousã – Góis – Arganil – Coja, o qual esperamos que o façam o mais rapidamente possível, uma vez que assumiram esse compromisso e nessa reunião, será colocada a questão da ligação entre o nó de Arganil, que ficará na zona das Carvalhas ao Sobreiral, uma questão para a qual a Estradas de Portugal manifestaram a maior abertura, em contribuir para a sua resolução.-----

-----Disse ainda" *gostaria de dizer ainda no domínio das Estradas, congratular-me com a execução do traçado IC6 entre a Catraia dos Poços e o Nó de Arganil, uma vez que falta ainda concluir desde o nó de Arganil ao nó de Sinde, mas também quero aqui frisar, que espero que o Governo cumpra aquilo com que se comprometeu com os Autarcas de toda esta região e para além deste prolongamento IC6, agora concretizado, a EN 342 possa mesmo avançar, tenho essa garantia do Sr. Secretário do Estado. Mais ainda, para além disso a questão da concessão da Serra da Estrela. É inadmissível que num País da nossa dimensão, continue a existir portugueses que têm três alternativas à porta de casa e, haja portugueses que não tenham nenhuma alternativa*".-----

-----Continuou, referindo que esta via de ligação do IC6 o IC7 e o IC37, mas sobretudo o IC6 na ligação Coimbra á Covilhã, é absolutamente estratégica e absolutamente decisiva para o desenvolvimento de toda a nossa região e por isso espera que o Governo tenha isto em atenção. Disse ainda" *eu sei que é necessário fazer*



Assembleia Municipal

[Handwritten signature]

sacrifícios, é necessário fazer contenção orçamental e é sobretudo aí e aí é que está o grande desafio, é também de crise que se tomam as opções estratégicas fundamentais para o futuro do País e por isso, espero que o Governo cumpra aquilo que se comprometeu, nomeadamente com a concepção da Serra da Estrela. Foi das palavras do Sr. Primeiro Ministro, que tivemos essa garantia, espero que seja ele a dar essa garantia'.-----

-----Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta Freguesia de Arganil, referir que quanto à Rampa do Senhor. dos Aflitos, manifesta a sua disponibilidade para em conjunto visitar-se o espaço e encontrar-se uma solução conjunta.-----

-----Quanto à estrada das Lavegadas, referiu que de facto foi feita uma candidatura que permitirá resolver de uma vez por todas o problema se vier a ser aprovada, de qualquer forma, os arranjos que são necessários serão executados logo que as condições climáticas o permitam, uma vez que, neste período em que temos tido bastante chuva, é extremamente complicado resolver a situação.-----

-----Agradeceu as palavras do Sr. Deputado Luis Almeida e Paulo Soares, nomeadamente sobre a construção das piscinas aquecidas Municipais e sobre o trabalho desenvolvido na área da juventude, da cultura e do desporto. Naturalmente que é um trabalho que pretendem continuar de forma a consolidar todas estas actividades que cada vez mais tem adesão por parte dos Arganilenses.-----

-----Relativamente à intervenção da Deputada Carla Rodrigues, referiu que a requalificação da EB1 de Arganil já se iniciou, que de facto houve aqui algumas situações que atrasaram a questão de definição do financiamento. Neste momento o Gabinete de Estudos do Planeamento da Educação, já emitiu parecer favorável, a CCDR também já comunicou de que há uma intenção de aprovação do projecto e, portanto a nossa expectativa é que possa vir a ter uma comparticipação de fundos comunitários, na ordem dos 80%.-----

-----Continuou referindo, que em termos de calendarização há o objectivo de se fazer a mudança no final do 1º período, pois é nesse sentido que estamos a trabalhar e é o objectivo que é partilhado pela Câmara e pela empresa que a está a construir, tendo-se já falado com a Associação de Pais.-----

-----Quanto à intervenção da Deputada Maria José Silva, sobre as obras do parque do Prado, referir que foram feitos uns pedidos à reserva agrícola, à reserva ecológica e ao domínio hídrico, para a execução do projecto, já há algumas respostas embora não sejam de todas as entidades para se poder avançar com a empreitada. Há questões de terrenos que se estão a resolver, havendo aqui questões que dependem da Câmara, outras dependem da Junta de Freguesia, que também está a fazer tudo para resolver essa situação. Disse ainda " *contamos ter novidades breves para esta obra, de forma a resolver particularmente a questão da mobilidade e a questão do estacionamento, que é uma preocupação para todos nós na vila de Coja*".-----

-----Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Junta de Coja, referiu, ter já feito referência à questão dos esgotos em Coja e à questão do Prado. Agradeceu as palavras que teve para com o Chefe de Gabinete Eng.º Paulo Rodrigues e também para com o Senhor Vereador Dr. Luís Paulo Costa, associar-se às suas palavras e reiterar de facto a competência e a determinação com que tem exercido as suas funções na Câmara Municipal.---

-----Quanto à questão da Ponte da Baralha, que é uma história antiga deste Município, referiu que de facto descobriram que foi uma obra que foi a concurso, foi adjudicada ainda antes de 2005, não conseguindo perceber



Assembleia Municipal

porque é que não foi executada. Disse ainda" *não tenho de facto essa explicação para si Sr. Presidente da Junta freguesia de Coja, neste momento elaborámos um projecto relativamente 'Ponte da Baralha, cujo valor de investimento é ainda significativo e portanto estamos a tentar encontrar soluções mais económicas para resolver um problema antigo*".-----

-----Relativamente ao Centro Empresarial e Tecnológico, referiu haver sete empresas instaladas, uma em instalação, tendo já surgido mais dois pedidos para a instalação no Centro Empresarial e Tecnológico de Arganil. -

-----Relativamente à intervenção do Sr. Presidente Junta de Freguesia de S. Martinho da Cortiça, que falou da questão da concepção da Serra da Estrela, que já foi abordado.-----

-----Sobre a questão da Estradas de Portugal, referiu ser um velho problema que não se passa só com a Junta Freguesia, passa-se também com as Câmara Municipais, pois há dois meses houve uma reunião em Lisboa com a Estrada Portugal, onde se abordou entre outros assuntos, questões relacionadas com a concepção da Serra da Estrela, questões relacionadas com a sinalética e as questões relacionadas com a segurança rodoviária, particularmente em S. Martinho da Cortiça, em Coja e em Arganil, designadamente a construção de passeios e a verdade é que nos disseram que quinze dias depois dariam uma resposta sobre a calendarização das intervenções e volvidos dois meses, ainda não tivemos qualquer tipo de comunicação por parte da Estradas Portugal, embora as insistências que a Câmara tem vindo a fazer.-----

-----Quanto à intervenção do Sr. Deputado Rui Portugal que nos falou na questão da revisão do PDM, expressou aquilo que é o trabalho da Comissão de Acompanhamento que envolve trinta entidades, sendo nosso objectivo que a discussão pública seja feita ainda este ano. Referiu ser um calendário exigente, mas para o qual estamos extremamente empenhados.

-----Relativamente à questão da Quinta da Estafeira, referiu que foi feito como todos sabem, um estudo de impacto ambiental, é uma comissão de acompanhamento que pretendia emitir um parecer desfavorável baseado nalgumas questões relacionadas com as opções estratégicas de projecto ou de estudo prévio que foram feitas, mas também a questão do PDM, a posição da Câmara já foi transmitida à Sr.^a Ministra do Ambiente, ao Sr. Secretário de Estado do Ambiente, aguardando que o Sr. Presidente da CCDR marque essa reunião, pois esse parecer deve ser condicionado à revisão do PDM, favorável condicionado à revisão do PDM, pois queremos de uma forma rápida que possam prosseguir todos os trabalhos, tendentes à execução da intenção de investimento.

----- O **Sr. Deputado Municipal Carlos Alberto Ramos, Presidente da Junta Freguesia de Barril de Alva**, depois de cumprimentar todos os presentes, salientou a proposta do Deputado Luis Gomes em relação à realização das Assembleias Municipais nas sedes de Freguesia. Referiu então, que o Barril de Alva candidata-se a receber uma dessas Assembleias.-----

-----Reforçou o convite feito pela instituição do Centro de Dia do Barril de Alva, referindo ter muito gosto em receber todos os Deputado no Barril de Alva, amanhã na inauguração da instituição.-----

-----Interveio o **Sr. Deputado Municipal Eugénio Fróis**, referindo-se ao Parque do Prado e do estacionamento em Coja, referiu ser com grande mágoa que passados 18 anos e com grande esforço, se tenha posto ali uma pavimentação e hoje, se assista à escarificação e destruição desse pavimento. Disse



Assembleia Municipal

[Handwritten signature in blue ink]

ainda " *entendo que houve durante anos de mais ineficácia e ouvi aqui hoje, que agora recentemente foram pedidas ou foram feitas as diligências necessárias para a sua legalização*". -----

-----Relativamente aos esgotos, referiu continuar a achar, independentemente daquilo que foi dito, que a Câmara Municipal não se pode desresponsabilizar e lavar daqui as mãos, não pode e acho que os Arganilenses não aceitam. Disse ainda " *eu ouvi com atenção a explicação, mas ainda assim parece-me pertinente aquilo que estou a dizer*". -----

-----Relativamente ao que foi dito em relação ao Vereador Luís Paulo, Luís Paulo vrs Rui Silva querer dizer o seguinte " *tenho assistido com Arganilense, com alguma preocupação a toda esta situação que se viveu e, apelo naturalmente que haja aqui alguma urbanidade, penso que o responsável deve naturalmente dar esse exemplo e essa postura*". -----

-----Relativamente às obras da Serra da Estrela e às obras feitas e não feitas, referiu que nos devemos congratular com aquilo que está feito e naturalmente, referir que há perspectivas em duas obras em termos de futuro na nossa zona e no nosso concelho, referindo-se à 342 que tudo aponta para que seja efectivamente uma realidade em breve. -----

-----Referindo-se à Estrela, disse " *verifico, sou leitor da imprensa regional e verifico que a voz do Presidente da Câmara Municipal de Arganil, não tem tido essa presença pública, não digo que não o tenha feito, estou reportar-me à imprensa e as vozes que têm defendido com veemência a ligação à Estrela, tem sido lideradas pelo Prof. José Carlos Alexandrino. Essas vozes e esse grupo de pressão, foi recebido e está em contacto directo com o Governo da República e há por parte desse grupo, fazer fé naquilo que é conhecido, uma aceitação dos timings propostos*". -----

-----Relativamente à Cerâmica, referiu concordarem com algumas das principais obras que vão ser feitas, nomeadamente a piscina aquecida, que é um reivindicação de todos, no entanto discordam é do montante do investimento e efectivamente e no concreto com a volumosa parte comercial que se pretende fazer. -----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia em exercício**, deu conhecimento à Assembleia, que o Regimento não contempla a figura de direito de resposta, contempla a figura de pedidos de esclarecimentos, requerimentos e sempre que seja posta em causa, honra e consideração de alguns Srs. Deputados. -----

-----Disse ainda " *Percebo que se vamos cumprir estritamente o Regimento, nunca haverá debate, mas penso que sempre que darei a palavra a alguém para responder ou colocar alguma questão, sejam o mais breve possível, se não podemos cair numa espiral de perguntas e respostas e é isso que o Regimento precisamente pretende evitar*". -----

----- O **Sr. Deputado Municipal João Oliveira, Presidente da Junta Freguesia de Coja**, pediu um esclarecimento sobre a ponte da Baralha, referindo que a referida ponte foi adjudicada, mas como não foi feita, concerteza não foi paga? -----

-----Interveio de novo o **Sr. Deputado Municipal Manuel Augusto**, referindo-se ao Sr. Presidente do Executivo, disse " *em relação à minha exposição, disse não responder a questões baixas pessoais. Eu, gostaria que o Sr. Presidente dissesse onde é que a minha exposição foi baixa*". -----



Assembleia Municipal

f
[Handwritten signature]

-----Relativamente à questão da não resposta em relação ao contrato celebrado com as 3 empresas, sobre os 4% e um empresa ter oferecido 5%, referiu que se ler bem toda a correspondência que existe no processo, verá que essa empresa que ofereceu os 5%, nunca ofereceu prova concreta e nomeadamente foi dito aqui na anterior Assembleia, pelo presidente da Câmara na altura, Engº João Oliveira, que efectivamente não havia documentação disso. -

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara** para referir que relativamente à intervenção do Sr. Deputado Eugénio Fróis, gostaria de recordar, que não foi ele que chamou mentiroso ao Sr. Primeiro Ministro e por uma questão de urbanidade, achar que a reivindicação e a nossa forma critica de intervenção, exige-nos que tenhamos respeito institucional, pela figura do Primeiro Ministro e pela figura do Governo. -----

-----Continuou, dizendo" *portanto, temos feito nossa contestação e a nossa reivindicação de uma forma correcta, contrariamente àquilo que tem sido a intervenção de algumas pessoas do partido socialista, particularmente autarcas vizinhos. Portanto, não fui que chamei ao Sr. Primeiro Ministro Mentiroso, tenho procurado ajudar, naquilo que é a nossa responsabilidade, tenho procurado reivindicar junto do Governo a concepção da Serra da Estrela, por uma questão de urbanidade tenho procurado fazer de uma forma correcta e elegante do ponto de vista institucional*". -----

-----Relativamente à Cerâmica, fez um comentário muito breve, em achar curiosa a posição do partido socialista, no facto de entender que o investimento de seis milhões de euros é um investimento demasiado elevado. Recordou então, que o grande projecto do partido socialista para a Cerâmica que contemplava apenas o edifício, custava cinco milhões de euros e pretendiam construir as piscinas no terreno da Santa Casa da Misericórdia, onde hoje em dia está instalada uma piscina, gastando para o efeito mais dois milhões de euros, ou seja, o conjunto das intervenções que propunham, é superior em termos de investimento àquele que se vai fazer, com a vantagem, que é feito todo em terreno do Município e requalificando todo o terreno que é da Câmara. ----

-----Relativamente ao Sr. Presidente da Junta de Coja, referiu que naturalmente nada foi executado, presumindo-se que nada foi pago. -----

-----Foi dada a palavra ao **Sr. Vereador Rui Silva**, que após cumprimentar todos os presentes respondeu à questão sobre a Ponte da Baralha, referindo ser um assunto que está a baralhar muita gente, não tendo ela nada que baralhar. -----

-----Referiu então, que as candidaturas eram feitas à Direcção Regional da Agricultura ao Ministério do Ambiente e uma das obrigações para aprovação das candidaturas era as obras estarem adjudicadas, se a obra estivesse adjudicada a candidatura a ser canalizada, podia ser aprovada ou não. O facto, é que foram feitas as candidaturas, foram prosseguindo toda a tramitação de adjudicação, simplesmente houve a recusa da aprovação e por esse facto não foi feita a obra, não foi co-financiada para a realizar. -----

-----Terminou, referindo que há adjudicação, não há facturação e daí não há pagamentos. -----



Assembleia Municipal

ORDEM DO DIA

-----O **Sr. Presidente da Assembleia em exercício**, referiu ter sido informado pelo Sr. Presidente da Câmara, da necessidade de incluir-se um outro ponto que não consta na Ordem de Trabalhos. Pediu então ao Sr. Presidente que explicasse a situação e que requeresse o que tivesse por conveniente. -----

----- Inteveio o **Sr. Presidente da Câmara**, para referir que quando foi elaborado o Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento para 2010, foi incluído no PPI a requalificação da EB1 de Arganil, com uma execução financeira para 2010 total. Face ao atraso no início da obra, em termos de execução física é possível que ela termine em 2011, em termos de execução financeira, o que é espectável é que transite para 2011 alguma responsabilidade financeira. -----

-----Referiu ainda, que nesse ponto de vista, ser necessário a Assembleia Municipal autorizar a repartição da despesa pelo ano de 2010 e pelo ano de 2011 e, portanto, ser isso que se propõe, a inclusão desta autorização por parte da Assembleia Municipal, para repartir a despesa pelos anos de 2010 e 2011 do investimento requalificação da EB1 de Arganil, não tendo naturalmente consequências ao nível do valor final do investimento. -----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia em exercício**, informou que a proposta do ponto para votação, será "Autorização pela Assembleia Municipal para a Requalificação da EB1 de Arganil" ser este o texto que é proposto, colocando à votação a aprovação ou não da inclusão deste ponto, na Ordem do Dia. -----

-----Foi então este ponto posto à discussão. -----

-----O **Sr. Deputado Municipal Manuel Augusto** interveio, para referir que em relação a este ponto interrogar o Sr. Presidente do Executivo, qual o motivo, porque este assunto só agora vem a ser colocado. Porquanto, a Câmara já sabia disto e ser necessário há muito tempo, porque o prazo de execução é de 12 meses e decisão de adjudicação data de Fevereiro e a consignação, data de Abril, forçosamente a obra iria prolongar-se até Abril de 2011 na melhor das hipóteses. -----

-----Referiu ainda, que já decorreu uma Assembleia Municipal em finais de Fevereiro, onde o caso já poderia estar decidido e porventura a Câmara nesta data teria o visto do tribunal de contas, assim só agora é que vai poder pedir o visto. -----

-----Posto este ponto à votação, sendo aprovada por unanimidade a inclusão deste ponto para número oito.. -

1 – Discussão e Votação do projecto de Regulamento Geral e Tabela de Taxas e Licenças do Município de Arganil, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º d lei nº 169/99, de 18/09, alterada pela Lei nº 5 –A/2002, de 11/01. -----

----- Inteveio o **Sr. Presidente da Câmara**, para de uma forma rápida, dizer que o novo normativo legal, nos forçou a fazer uma alteração, uma revisão do Regulamento Geral e Tabela de Taxas e Licenças do Município, bem



Assembleia Municipal

como do serviço de distribuição/abastecimento de água e sistema de saneamento de águas residuais do Município de Arganil e do Regulamento Municipal de resíduos sólidos urbanos do Município de Arganil, que tem como grande novidade de facto a elaboração de um estudo financeiro que suporta aquilo que são os custos das taxas. -

-----Continuou, referindo que encontrarão nos documentos que foram distribuídos, algumas taxas em que o custo da operação é superior àquilo que é o preço que é cobrado aos nossos munícipes, esta é a regra. Existe também algumas situações, em que o custo é inferior ao valor da taxa cobrada, aquilo que nós entendemos face ao contexto de crise em que vivemos, é que faria sentido manter aquilo que seriam os valores das taxas e dos preços cobrados aos munícipes. -----

----- Referiu ainda que manter, permite por uma lado, que a Câmara não tenha uma quebra de receita, na sua globalidade e, por outro lado, também permite que os nossos munícipes não sejam sub carregados relativamente a um eventual aumento de taxas, que no caso em concreto, a maioria das operações era isso que ia acontecer.

----- Terminou, referindo que a nossa proposta em termos de regulamento, é esta tabela, taxas e licenças e tem de facto esta justificação política no fundo, que é mexer nos valores por forma a não dificultar ainda mais a vida das famílias no concelho.-----

----- Posto este ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal. -----

2 – Discussão e votação do projecto de Regulamento do Serviço de Distribuição/Abastecimento de Água e Sistema de Saneamento de Águas Residuais do Município de Arganil, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18/09, alterada pela lei nº 5-A/2002, de 11/01.

----- Posto este ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal. -----

3 - Discussão e votação do projecto de Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos do Município de Arganil, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18/09, alterada pela lei nº 5-A/2002, de 11/01. -----

----- Posto este ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade.-----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal. -----



Assembleia Municipal

4 – Apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação. -----

----- Interveio o **Sr. Deputado Municipal Manuel Augusto**, para lamentar mais uma vez , que o relatório da BDO, seja entregue na Assembleia Municipal. -----

5 – Discussão e votação dos documentos de prestação de Contas relativos ao período de 01 Janeiro a 31 de Dezembro de 2009, nos termos da al. c), do nº 2, do art. 53º da Lei 169/99, de 18/09, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11/01. -----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia em exercício**, referiu que relativamente ao ponto numero cinco, ter-lhe sido entregue o relatório da BDO, pois ter-se-á tratado de um lapso dos serviços, não ter junto à documentação que foi enviada. -----

-----Continuou, dizendo" *penso que todos os Deputados, já tiveram tempo para ler o parecer, se não eu daria uns minutos para procederem à leitura*". -----

----- Encontrando-se todos os Deputados esclarecidos, foi dada a palavra ao Dr. Luís Paulo. -----

----- O Sr. Vereador **Dr. Luis Paulo Costa**, interveio e após cumprimentar todos os presentes, agradeceu ao Sr. Presidente da Junta Freguesia de Coja, relativamente às palavras que teve com a sua pessoa. -----

-----Entrando concretamente na prestação de contas, relativas ao exercício de 2009, referiu ir fazer uma apresentação muito sintética, tendo a ver com os aspectos mais relevantes das constas do Município. Começou pela questão que está implícita ao documento que por lapso só hoje foi distribuído, a certificação legal de contas, emitida pelos auditores em que mantêm as duas reservas que já vinham do ano anterior. -----

-----Referiu então, que a primeira reserva, refere-se à questão da avaliação do imobilizado, por não ter constituído por si, recorrer a avaliação por técnicos especializados e isto reportando-se à data de 2002, assumindo à partida que certos bens móveis e imóveis, não eram passíveis de avaliação. -----

-----Em relação a esta matéria, sublinhou que não sendo um problema completamente resolvido, como se pode constatar na 3ª folha da certificação legal de contas, há uma ênfase emitida pelos auditores, onde reconhecem que houve já uma avanço nesta matéria, na questão do imobilizado, uma vez que na confrontação facto ter um processo completamente concluído neste âmbito, o que permitiu, que em 2009 o activo tenha sido incrementado em mais de um milhão de euros. -----

-----Quanto à segunda reserva, referiu ser uma reserva que vem de anos anteriores, tendo a ver com a ADSE, pois como todos sabem, não é novidade, havia uma prática de não pagamento à ADSE, desde os finais da década de 70 pelo menos.

-----Continuou, dizendo" *quando assumimos funções no mandato anterior, foi paga uma dívida. Toda a dívida que estava relevada nos elementos contabilísticos da Câmara, que era de 110.930,00 €, esta dívida foi paga integralmente. Para além disso, passou-se a tratar a ADSE como um credor como outro credor qualquer, portanto, os valores que foram sendo facturados nos anos de 2006, 2007, 2008 e 2009, foram sendo pagos (os valores são aqueles que constam aí) respectivamente entre 2006 e 2009. A importância de 99.000,00 € em*



Assembleia Municipal

[Handwritten signature]

2006, 76.000,00 € em 2007, 65.000,00 € em 2008 e 72.000,00 em 2009. Pese embora esta questão histórica, a verdade é que a ADSE, continua a reclamar o valor da dívida na ordem dos 500.000,00 €, que é anterior á data de 28 de Outubro de 2005".-----

-----Relativamente ao capítulo dos recursos humanos, os aspectos mais relevantes, tem a ver naturalmente com o número de trabalhadores que em 2005 eram de 262, em 2009 eram 236 e aqui já estavam incluídos competências que foram assumidas pela Autarquia, particularmente ao nível das actividades de enriquecimento curricular, com a contratação de alguns professores.-----

-----Ao nível do absentismo, regista-se no ano de 2009, 4620 ausências, sendo mais de metade por doença e aqui podendo fazer-se a comparação com aquilo que foi nos anos anteriores. Isto significa uma taxa de absentismo de 8,9%, em 2008 tinha-se cifrado em 6,7% e em 2007 7,98%, portanto se formos fazer o cálculo de que é que corresponde este absentismo, corresponde a 21 trabalhadores que permanentemente em média estão ausentes do serviço da autarquia.-----

----- Relativamente ao nível da formação profissional, foram ministrados 1245 h de formação profissional. Referiu também a consolidação do sistema da qualidade, tendo sido já efectuada a auditoria de acompanhamento e portanto, mantém-se requisitos para manter os serviços certificados neste âmbito da gestão da qualidade.-----

-----Entrando agora concretamente, na situação financeira, grandes rubricas, referiu que ao nível da execução orçamental, a receita teve uma execução superior a doze milhões e meio de euros, correspondente a 58,74% do que estava previsto no orçamento. A Receita corrente, teve uma execução de 93,45%, a receita de capital 35,47%.-----

-----Quanto ao nível da despesa, a execução foi superior a 12.600.000,00 €, que corresponde a 59,2% do que estava previsto em orçamento. A repartição entre corrente e capital, é aquela que está também referida 80,26% e 44,78%, respectivamente.-----

-----Referiu também, o reforço e a aposta que tem sido seguida pelo executivo, nas transferências para as Juntas de Freguesia, em 2009 na forma da delegação de competências e as respectivas adendas, totalizaram o valor superior a 250.000,00 €, na forma de contratos programas 223.951,78€ e na forma de afectação de pessoal, cerca de 290.000,00 € .-----

-----Informou ainda, que as despesas com o pessoal, são o aspecto mais critico, aquelas que tem maior rigidez no município, atingiram mais de 3,7 milhões de €, que corresponde a 53,46% do total de despesas correntes e cerca de 30% de todas as despesas suportadas pela Autarquia.-----

-----Continuou, referindo-se ao nível da matriz de poupança, que no fundo permite aferir se houve poupança em termos globais e em termos parciais, se foi possível ter poupança ou pelo contrário, ao nível das componentes decorrentes e de capital, referir que ao nível das receitas correntes elas foram superiores a 7.990.000,00 €, as despesas correntes, andaram na ordem do 6.900.000,00 €, de onde resultou uma poupança desta componente da componente corrente superior a 1.000.000,00 €. Esta poupança da componente corrente foi integralmente investida, como permite ver depois no comportamento de capital, em despesa de capital.-----



Assembleia Municipal

-----Referindo-se ao nível do endividamento líquido, referiu que também temos aqui a evolução com os dados do fecho de todos os anos 2005 a 2009. Recordou que em 2005 o endividamento líquido era superior a 7.400.000,00 €, em 2009 encerrou-se o ano com o endividamento líquido na ordem do 7.800.000,00 € aproximadamente, pouco menos. -----

-----Quanto ao nível do balanço e demonstração de resultados, o resultado líquido do exercício, foi superior a 800.000,00 €, quer o activo, quer o passivo, aumentaram comparativamente ao ano de 2008. -----

-----Continuou, apresentando agora a aplicação do resultado líquido de exercício, referente ao número seguinte - nº 6, referindo, se o permitirem, ter uma nota relativa ao próximo ponto da ordem de trabalhos. ----

-----Referiu então que a aplicação do resultado líquido do exercício, é o próximo ponto da Ordem de Trabalhos, referindo então, que o resultado líquido do exercício foi, como já referiu, em 2009 de 814.697,83 €, tínhamos resultados transitados positivos de 962,102,03 €. -----

----- Referiu ainda que de acordo com aquilo que está explanado no Plano Oficial de Contabilidade, as Autarquia locais, aquilo que o executivo propõe é que sejam transferidos para reservas legais 5% do resultado líquido do exercício que corresponde a 40.734,89 € e os restantes valores, o total de resultados transitados e 95% do resultado líquido do exercício que sejam transferidos para reforço do património.-----

----- Neste momento, abandonou os trabalhos, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Pomares. -----

----- Interveio o **Sr. Deputado Municipal João Pedro Pimentel**, que após cumprimentar todos os presentes disse" *perante os documentos sobre a prestação de contas que nos foram apresentados pelo Executivo e que hoje estão aqui para análise e debate, foi possível verificar à bancada do partido socialista, verificar e confirmar algumas das dúvidas que nos foram sendo suscitadas ao longo do ano de 2009 e que aqui algumas delas já foram por nós abordadas*". -----

-----Disse ainda" *considerando a certificação das contas efectuadas por uma entidade externa, que nos leva a tomar os números apresentados naturalmente como correctos, ficamos ainda mais preocupados com a situação financeira que é reflectida nos documentos de prestação de contas do Municipio relativas a 2009*". -----

----- Salientou, que neste contexto, a bancada do partido socialista nesta Assembleia Municipal, subscreve a apreciação que foi efectuada pelo vereador Dr. Miguel Ventura, na reunião do Executivo Municipal, a qual identificou os factos mais relevantes deste relatório. -----

-----Continuou dizendo, " *os números globais associados às taxas de execução da receita e da despesa, inferiores a 60% do previsto, disfarçam outros indicadores que importa salientar, nomeadamente a fraca execução das receitas de capital, na ordem dos 35%. Este facto comprova o que dissemos em Dezembro, quando alertamos para a sobrevalorização da receita plasmada nesse Plano. Estes são documentos que designados algo virtuais, porque no final não têm uma exacta correspondência com a realidade*". -----

-----Referiu, que não deixa de ser curioso, verificar que este nível de receita é obtido precisamente num ano em que as transferências do Estado cresceram mais do que a inflação registada em 2009, o que corresponde a



Assembleia Municipal

um aumento real do apoio que a Administração Central concedeu ao Município de Arganil e que é sistematicamente rejeitado. -----

-----Disse ainda" *Os baixos níveis de receita, associados a um montante da despesa cuja rigidez é mais significativa, traduziu-se na nossa óptica, na maior dificuldade do Município em solver os seus compromissos perante os seus fornecedores, obrigando à contratação de um empréstimo que lhe pode comprometer o futuro com os encargos que lhe estão associados. Por outro lado, conclui-se facilmente que a aposta do Executivo, na redução da dívida do Município fracassou, porquanto os vários indicadores pioraram em relação ao ano de 2005. A fraca execução das grandes Opções do Plano, mostra que muitos dos projectos cuja concretização se esperava para 2009, foram mais uma vez adiados.*" -----

-----Referiu, que várias intervenções estão previstas há vários anos, servindo de atenuante para o Executivo ir justificando que a sua execução está prevista, mas cuja concretização não é alcançada atempadamente. Disse então " *intervenções como o Teatro Alves Coelho, a Requalificação do Prado em Coja, o polidesportivo de Folques, a requalificação da estrada do Mosteiro, o investimento na área de Saneamento Básico, da Cultura e da Requalificação das Praias Fluviais, são exemplos e são causas, pela quais nos bateremos nos próximos anos*". -----

-----Continuou, dizendo" *não podemos deixar de nos referir a um dos factos que mais nos preocupou durante a campanha eleitoral, das visitas e dos contactos que a candidatura do PS estabeleceu então com os empresários do Concelho, nomeadamente os que estão instalados na Relvinha, verificámos, quanto apoio da Câmara Municipal é necessário ainda fazer, refazer e redobrar, perante as empresas já instaladas no nosso Concelho.*" .-----

-----Referiu que o estado em que se encontram os Pólos Industriais do concelho, evidenciam que nada é feito pela Câmara para incentivar e motivar os empresários locais que se sentem e nos transmitiram que o esforço que efectuam, não é totalmente reconhecido pelas entidades locais. -----

-----Salientou, que tão importante como atrair novas empresas, é dotar as empresas que aqui já se encontram a laborar, das condições necessárias para o aumento da sua competitividade que lhes permitem ultrapassar com sucesso este momento de dificuldade em que o mundo atravessa. Disse ainda " *execução de 1,75% do previsto para a requalificação das zonas industriais do concelho, valida o que nos foi transmitido pelos empresários locais . A este nível, lembramos o apelo que um empresário do concelho deixou numa reunião da Assembleia Municipal, realizada em 2009, em que se queixou da falta de colaboração da Câmara para lhe disponibilizar um terreno onde tivesse as condições para expandir e consolidar a sua actividade e desta forma criar mais emprego e mais riqueza no nosso concelho*".-----

-----Terminou, referindo que o investimento na área da Educação, é a excepção que encontramos neste quadro de desalento que nos é dado a conhecer nos documentos de prestação de contas de 2009. -----

-----Salientou com agrado, particular destaque para o Centro Educativo de Coja a para o apoio prestado às famílias com crianças nas escolas do concelho.-----

----- Conclui, dizendo" *Senhor Presidente, assim sendo, considerando que grande parte do período a que se referem os documentos, ocorreu sobre a responsabilidade do anterior Executivo e que o mesmo decorre das*



Assembleia Municipal

opções tomadas no Plano de Actividades aprovado em Dezembro de 2008, a bancada do PS vota na abstenção do Relatório de Prestação de Contas que nos é apresentado pelo Executivo Municipal".-----

-----O **Sr. Deputado Municipal Manuel Augusto** interveio, lendo o documento que se encontra anexo a esta acta (anexo III).-----

----- Interveio o **Sr. Deputado Luís Gomes**, para referir que ouviu com atenção a intervenção do Sr. Deputado João Pedro Pimentel e imaginou-o na Assembleia da República deste País, bancada do PSD e a dirigir-se ao Governo da República, ao Sr. Primeiro Ministro. Imaginou isto, porque ao apontar as dificuldades que sentem os empresários do concelho instalados nas Zonas Industriais, é evidente que essas dificuldades são originadas por falta de meios postos à disposição dos membros empresários do actual Governo.-----

-----Continuou, dizendo" *onde estão os incentivos? Não é a Câmara que vai criar esses incentivos para aliviar estas dificuldades e toda a problemática com que se debatem os empresários, não só no concelho de Arganil, como neste País. Portanto Sr. Deputado, eu realmente imaginei-o na Assembleia da República e comungo perfeitamente daquilo que explanou, se realmente situado nesse quadro*".-----

----- Interveio o **Sr. Presidente da Câmara**, que face às intervenções anteriores referiu achar no mínimo curiosa a intervenção do partido socialista e da candidatura Arganil Concelho com Futuro, sobre taxas de execução, uma vez que, (apresentando um gráfico que se encontra anexo a esta acta como anexo IV) poderemos ver no gráfico, que compara o que é a rosa aquilo que foi a execução de 2002 a 2005 e a laranja, aquilo que foi execução 2006 a 2009 e como se pode ver, quase sempre a execução no mandato 2006 a 2009 foi superior aquilo que tinha acontecido no mandato anterior.-----

----- Continuou, referindo que não é preciso tecer qualquer tipo de considerações mais para além da imagem deste gráfico, que diz respeito à receita, acontecendo o mesmo relativamente à despesa, onde se pode ver que de facto a execução da despesa, foi sempre superior no mandato do PSD, face ao mandato do PS e finalmente, relativamente às grandes opções do plano.-----

-----Disse ainda " *como se pode ver, hoje é criticado os 45,21% de execução relativos a 2009, mas no anterior mandato do PS, em nenhum momento, conseguiram atingir este valor em termos de execução e portanto está aqui explicado aquilo que é a ineficiência e a ineficácia da gestão do partido socialista, face à gestão do PSD*".-----

-----Relativamente à intervenção do Sr. Deputado João Pedro Pimentel, referiu que de facto há um conjunto de obras estruturadas para o concelho que faz falta fazer, nisso estar de acordo, mas aquilo que havia para fazer à 4 anos atrás, era muito mais do que é hoje e quando se fala na ausência de algumas obras, também se deve falar das obras que foram realizadas, dos Centros Escolares de Coja e S. Martinho da Cortiça, do Centro Empresarial e Tecnológico, das acessibilidades que foram feitas por todo o concelho, designadamente também a acessibilidade à aldeia histórica do Piódão, a construção do novo restaurante do Parque de Campismo, os investimentos que se fizeram na Zona Industrial, isto só para falar de alguns investimentos que provam bem que o concelho em termos de desenvolvimento e em termos de progressos, está hoje muito mais pujante do que estava em 2005.-----



Assembleia Municipal

-----Conclui, dizendo" *acho curiosa a preocupação do PS sobre a questão das Zonas Industriais e particularmente da Zona Industrial da Relvinha, porque de facto, quando falam da importância de apoiar empresários, a importância de fomentar a criação de novas empresas, a verdade é que em 1998 até 2005 não houve nenhuma empresa de média dimensão a instalar-se no concelho de Arganil e, de 2005 a 2009 já estão instaladas duas e uma está a preparar-se para se instalar, portanto, queria dar-lhe nota também destes números, que são bem elucidativos da forma de trabalhar deste Executivo Camarário e dar-lhe também a garantia, de que estamos a trabalhar no sentido de criar as condições para que todos os empresários que o pretendam se possam instalar na Zona Industrial da Relvinha*".-----

----- O **Sr. Deputado Municipal João Pedro Pimentel**, interveio para referir que em relação ao Deputado Luis Gomes, querer apenas dizer " *a minha intervenção foi muito mais para o apoio aos industriais e, podíamos discutir de facto o que é responsabilidade da Administração Central e as inevitáveis responsabilidades do poder local. Na nossa opinião e com toda a legitimidade dizemos, que a Câmara a este nível, pode e deve fazer muito melhor, pode e deve fazer melhor*".-----

-----Relativamente à intervenção do Sr. Presidente da Câmara, disse" *como é a nossa maneira de estar na vida, a bancada do PS, de referir e de reforçarmos aquilo que nos parecer ter sido positivo na área da educação e do apoio social. Fazemo-lo até com muito agrado, mas não deixamos de referir e o Sr. Presidente foi o próprio a referi-lo, há de facto um conjunto de obras que nós achamos e reportamos extremamente importantes e estratégicas para o concelho e que tivemos ocasião, noutras reuniões de o demonstrar e pensar que elas de facto são inevitáveis para o progresso de Arganil*".-----

----- Conclui, pedindo ao Sr. Presidente que sistematicamente não mencione as intervenções do PS como curiosas, pois elas são legítimas, mais nada.-----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia em exercício**, antes de por este ponto à votação, referiu, que qualquer um dos membros da Assembleia, quando se ausenta definitivamente desta Assembleia, deverá comunicar à Mesa para que esta tenha conhecimento.-----

-----Continuou, referindo que é extremamente indelicado que isso aconteça, porque tem que se controlar o número de votantes e ser extremamente deselegante para com a Mesa e para com os colegas que aqui permanecem.-----

-----Foi este ponto nº 5, posto à votação, sendo aprovado por maioria, com oito abstenções. Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal.-----



Assembleia Municipal

Handwritten signature and initials in blue ink.

6 - Discussão e votação da proposta da aplicação do resultado líquido do exercício relativo ao ano de 2009.-----

-----O **Sr. Presidente da Assembleia em exercício**, referiu o Dr. Luís Paulo Costa já ter exposto a posição do Executivo sobre esta matéria. -----

----- Não havendo intervenções, foi este ponto posto à votação, sendo aprovado por unanimidade. Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações, e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal. -----

7 - Apreciação da informação escrita do Sr. Presidente da Câmara acerca da Actividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos da alínea e) do nº 1 do art. 53º da lei 169/99, de 18/09, alterada pela Lei 5-A/2002, de 11/01.. -----

-----O **Sr. Deputado Municipal Manuel Augusto** interveio para referir que mais uma vez, foi presente o documento no início da Assembleia, não havendo hipótese nenhuma de fazer-se leitura do documento. -----

-----Referiu ainda, já ter dito isso e voltar a repetir, pois tem que haver um pouco mais de respeito pela oposição, porque se ao tomar-se atenção ao que está a decorrer na Assembleia não se pode estar a ler. Portanto, uma vez mais lamenta que efectivamente esta situação continua sistematicamente a ser presente no dia da Assembleia Municipal. -----

----- Interveio o **Sr. Deputado Municipal João Pedro Pimentel**, para reforçar também a ideia expressa pelo Sr. Deputado Manuel Augusto. Disse ainda" *parece-nos que a este nível de distribuição da documentação e sem embargo de reconhecer que me parece que tem havido um esforço da Câmara Municipal de dotar os Vereadores Municipais de todas a documentação. Parece-me que há ainda de facto um trabalho a melhorar e a fazer. É nesse sentido, que também apelava, que a totalidade da documentação fosse distribuída atempadamente, sem embargo de reconhecer o esforço que tem sido feito pela Câmara Municipal.*

8 - Autorização pela Assembleia Municipal, para repartição de encargos pelos anos 2010 e 2011, para a Requalificação da EB1 de Arganil . -----

-----Posto este ponto à votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade dos membros da Assembleia Municipal em efectividade de funções, tendo sido autorizada a repartição dos encargos da referida empreitada pelos anos de 2010 e 2011, sendo o valor da despesa em 2010 de 1.191.612,89€ e em 2011 de 652.984,27€, de acordo com o cronograma financeiro/plano de pagamentos apresentado pelo empreiteiro e que faz parte integrante da presente acta (anexo V). -----

-----Mais se deliberou, por unanimidade, aprovar a presente deliberação em minuta, nos termos do nº 3 do artigo 92º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, e ulteriores alterações e para os efeitos do disposto no nº 4 do citado artigo e diploma legal. -----



Assembleia Municipal

-----Não havendo mais nenhum ponto da agenda, o Sr. **Presidente da Assembleia em exercício**, referiu que dado o número de Pontos e número de intervenções, conseguiu-se concluir esta Assembleia, dentro de m tempo razoável, estando todos de parabéns, terminando com um muito obrigado .

-----Sendo doze horas e vinte minutos e não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente em exercício declarou encerrada a sessão, de que para constar se lavrou a presente acta, que eu _____, 1º Secretário redigi, subscrevi e também assino.-----



Assembleia Municipal

[Handwritten signatures]

ANEXOS

Justificação de faltas

geral

De: Maria Armanda Miranda [marmandamiranda@gmail.com]
Enviado: sexta-feira, 16 de Abril de 2010 11:06
Para: geral
Assunto: Fwd: Delivery Status Notification (Failure)

↓ JAC

JAC

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ARGANIL

ENTRADA
N.º 125 DATA 16/04/10

----- Forwarded message -----

From: **Mail Delivery Subsystem** <mailer-daemon@googlemail.com>
Date: 2010/4/16
Subject: Delivery Status Notification (Failure)
To: marmandamiranda@gmail.com

Delivery to the following recipient failed permanently:

gabinete.presidencia@cm.arganil.pt

Technical details of permanent failure:
DNS Error: Domain name not found

----- Original message -----

MIME-Version: 1.0
Received: by 10.216.9.76 with HTTP; Fri, 16 Apr 2010 03:04:33 -0700 (PDT)
Date: Fri, 16 Apr 2010 11:04:33 +0100
Received: by 10.216.174.129 with SMTP id x1mr1448431wel.140.1271412273690;
Fri, 16 Apr 2010 03:04:33 -0700 (PDT)
Message-ID: <n2z4cf8ab181004160304y89448ed2mc8f9f471cd8ba642@mail.gmail.com>
Subject: =?ISO-8859-1?Q?Informa=E7=E3o_de_ausencia=2C_prevista=2C_na_Assembleia_Mu?=
=?ISO-8859-1?Q?nicipal_de_17_de_04_2010?=
From: Maria Armanda Miranda <marmandamiranda@gmail.com>
To: gabinete.presidencia@cm.arganil.pt
Content-Type: multipart/alternative; boundary=0016e65ae682efbb66048457bc48

Informo que no proximo dia 17 de Abril 2010, não poderei estar presente na sessão da Assembleia Municipal, agendada para a data por motivos pessoais. Com os melhores cumprimentos Maria Armanda Miranda

geral

De: Ricardo Pereira Alves
Enviado: sexta-feira, 16 de Abril de 2010 16:59
Para: geral
Assunto: Fwd: Pedido de Justificação - Assembleia Municipal - sábado dia 17 de Abril de 2010

Enviado do meu iPhone

Iniciar a mensagem reencaminhada:

De: Fernanda Figueiredo Dias <fernanda.dias@iefp.pt>
Data: 16 de Abril de 2010 16:28:31 WEST
Para: Ricardo Pereira Alves <ricardo.pereira.alves@cm-arganil.pt>
Cc: Luis Quaresma <luisquaresma-3775c@advogados.oa.pt>
Assunto: **Pedido de Justificação - Assembleia Municipal - sábado dia 17 de Abril de 2010**

Exmo Sr. Presidente da Assembleia Municipal da Câmara Municipal de Arganil

c/c - Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Arganil

Dando seguimento ao contacto telefónico de há momentos, com o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Arganil, sou pelo presente a comunicar a V.Exa, que face a um compromisso inadiável, referente à Confraria do Bucho de Arganil, da qual sou Presidente da Direcção, não me é possível estar presente na reunião da Assembleia Municipal, que se realizará amanhã, sábado, dia 17 de Abril de 2010.

Mais informo, que a nossa Confraria foi chamada para apadrinhar a constituição da Confraria do Bucho Raiano de Sabugal, sendo este o motivo do meu impedimento.

Face ao exposto, solicito a V. Exa., que se digne justificar a minha ausência.

Como os meus respeitosos cumprimentos e votos de bom trabalho.

Fernanda Maria Figueiredo Dias



Assembleia Municipal

Handwritten signatures in blue ink.

ANEXO (I)
Intervenção do
Sr. Deputado Manuel Augusto

Ponto 1 (Ponto 2 da O. de Trabalhos – Período Antes da O. Do Dia)



Venho questionar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Arganil, acerca do funcionamento, ou melhor, do não funcionamento do Estatuto da Oposição.

Manuel Augusto Simões Rodrigues

Portelinha

3300 – 116 ARGANIL

Arganil, 5de Abril de 2010

Ex.mo Sr. Dr. José Eugénio Dias Ferreira

Presidente da Assembleia M. de Arganil

Apartado 10

3304- 954 ARGANIL

Em 10 de Março de 2010 enviei “email” solicitando o envio da Acta da Assembleia Municipal, aprovada em minuta, no final da Reunião, referente aos pontos 2 e 3 da Ordem do Dia. Recebi “email” do 1º Secretário, Deputado Luís Quaresma, datado de 15/03/2010 que transcrevo.

“Informamos que a acta da última sessão da Assembleia Municipal referente ao dia 27 de Fevereiro de 2010 está a ser elaborada, logo que esteja concluída será remetida.

Com os melhores cumprimentos

O 1º Secretário, Luís Quaresma”

Até à presente data, não recebi a cópia da Acta aprovada em Minuta, no que respeita aos pontos 2 e 3 da referida Ordem do Dia.

No dia 04/04/2010, tenho conhecimento através do Vereador eleito na Lista "POR ARGANIL, CONCELHO COM FUTURO, ACF", Rui Miguel Silva, que no Relatório de Gestão, aparece na página 78/82 "

7. Factores relevantes ocorridos após o exercício

De acordo...

No primeiro trimestre de 2010 releva-se o facto da contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo para Saneamento Financeiro, no montante de 4.100.00.00€, que se encontra para visto do Tribunal de Contas. (Anexo 1).

Solicito por isso me seja enviada, com a máxima brevidade, a data do envio para o Tribunal de Contas, com documento comprovativo da mesma, do envio do pedido do Empréstimo para Saneamento Financeiro.

Atenciosamente,

Manuel Augusto Simões Rodrigues



[Handwritten signatures and initials in blue ink]

7. Factos relevantes ocorridos após o exercício

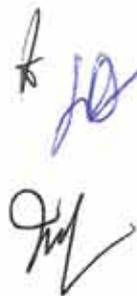
De acordo com a alínea e) do ponto 13 do Decreto de Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, devem ser referidos no relatório de gestão factos importantes que tenham ocorrido após o termo do exercício.

No primeiro trimestre de 2010 releva-se o facto da contratação de Empréstimo de Médio e Longo Prazo para Saneamento Financeiro, no montante de 4.100.000,00€, que se encontra para visto do Tribunal de Contas.

Até à presente data, não me foi enviada qualquer documentação relativa a estes "emails" o que muito estranho, e sobretudo a resposta dada pelo 1º Secretário Deputado Luís Quaresma, porquanto a Acta foi aprovada em minuta, no que respeita aos pontos 2 e 3 da Ordem do Dia, no final da Assembleia devendo por isso ficar pronta no prazo de 24 horas.

Mais uma vez venho solicitar ao Sr. Presidente que me seja facultados os documentos solicitados, nomeadamente a data do envio para o Tribunal de Contas, com documento comprovativo do mesmo, do pedido de Saneamento Financeiro.

Solicito ainda que este documento seja apenso à Acta.





Assembleia Municipal

Handwritten signatures in blue ink.

ANEXO (II)
Intervenção do
Sr. Deputado Manuel Augusto

Ponto 2 (Ponto 3 da O. de Trabalhos – Período Antes da O. Do Dia)

Ainda as Eólicas.

Quando da minha intervenção na Assembleia de 27 de Junho de 2009, questioneei o Sr. Presidente do Executivo, Eng. Ricardo9 Pereira Alves, acerca do porquê da Câmara ter deixado cair o Parque de 100MW, previsto para Arganil e resultante do Acordo de Parceria e Contrato Promessa de Cessão de Quotas celebrado entre a CMA e as Empresas PESM, ENERNOVAQ e RES, o Sr. Presidente respondeu “relativamente ao acordo que V. Ex.^a se referiu, se assim o entender, eu estou disponível para convocar os responsáveis dos administradores das empresas que nele participaram, para virem explicar e contar aquilo que me contaram no gabinete relativamente a essa matéria, porque terá havido violação da lei da concorrência nesse acordo” página 12 da Acta.

Interveio de novo o Sr. Deputado Manuel Augusto referindo que o Sr. Presidente tinha afirmado que as empresas e a administração das empresas lhe disseram no seu gabinete os motivos e se a situação estaria legal face ao documento e ao parecer jurídico. Então disse “quero lembrar o Sr. Presidente e esta assembleia, porque foi debatido nessa altura aqui, que efectivamente a associação destas 3 empresas resultou de uma maneira legal de evitar esse problema.

No final da referida Assembleia, solicitei ao Sr. Presidente em Exercício, que me fosse facultado, ao abrigo da legislação em vigor, toda a correspondência havida entre as Empresas e a CMA, que impediriam a construção dos Parques Eólicos, previsto no Acórdão Celebrado, e que segundo o Sr. Presidente do Executivo teria a ver com ilegalidades do acordo. Foi solicitado algum parecer jurídico e se foi, solicito também o envio desse parecer.

Nada me foi entregue e após nova solicitação ao Sr. Presidente do Executivo e à Sra. Presidente da Assembleia, através de emails” e cartas registadas com aviso de recepção, foi-me enviado todo o dossier das eólicas desde o Executivo do Dr. Armando

D. Cosme /Eng. João Oliveira até aos Executivos do Eng. Rui Silva, mas nada do Executivo do Eng. Ricardo pereira Alves.

of 24
Jul

Durante a campanha eleitoral para as Autárquicas, foram trocados comunicados através do "Arganil.eu" mas nunca foi dito pelo candidato Eng. Ricardo Pereira Alves que existia um parecer jurídico, nem nunca me foi enviado.

Posteriormente, e a pedido do Vereador Eng. Rui Miguel Silva, à Câmara Municipal de Arganil, foi-lhe enviado um "Parecer"? Jurídico datado de Tábua, 16 de Setembro de 2009, certamente do Dr. Jorge Veigas, porque também não está assinado, e também sem saber quando deu entrada, pois está sem data nem registo de entrada.

Alguém aqui andará a faltar à verdade.!

Tenho dito



Assembleia Municipal

ANEXO (III)
Intervenção do
Sr. Deputado Manuel Augusto

RELATÓRIO de GESTÃO 2009



O relatório de gestão resulta da aplicação das previsões contidas nas Grandes Opções do Plano, estas, aprovadas no final do ano de 2008, pelo anterior Executivo e Assembleia Municipal.

Trata-se de um documento bastante exaustivo e também um pouco confuso, pelo que deveria ser mais resumido, à semelhança do que tem sido dito em anos anteriores.

Da análise do Relatório de Gestão, importa salientar, que o resultado de execução do orçamento ficou por concretizar em cerca de 41%, menos de metade do previsto, e que para tal, participaram especialmente, o deficit de execução do “capital”, nomeadamente na receita, situando-se nos 35% do previsto. Tal facto, que não sendo estranho é por sinal preocupante, porquanto resulta, principalmente, de afectação de receitas previsionais não aprovadas, como é o caso das previsões para 2010, ou então em valor abaixo do previsto.

Importa ainda reflectir sobre o crescimento brutalmente anormal da dívida aos fornecedores de imobilizado (empreiteiros), entre os anos de 2008 e 2009, que cresceram 634,34%, ponto 9.3 da página 70/82, enquanto a dívida a fornecedores de conta corrente (pequenos comerciantes locais) cresceu 73,79%, ponto 9.2 da mesma página 70/82, não sendo estranho que tudo tenha acontecido precisamente no ano de 2009, ano de Eleições Autárquicas.

Confirma-se no documento, a necessidade urgente para a contratação do empréstimo no valor de 4,1 milhões de Euros (limite máximo admissível), e aqui também é nítido a capacidade de saneamento Financeiro deixada pelo Executivo anterior liderado pelo Eng. Ricardo Pereira Alves e o Executivo liderado pelo Eng. Rui Miguel Silva, embora ficando muito aquém das necessidades reais que se situam nos 5,5 milhões, no imediato. Página 23/82, “O Orçamento de Despesa encerrou com uma dotação total final igual à inicial, dos quais foram comprometidos, 18.153.275,95€, realizados, 16.756.337,31€ e pagos, 12.627.764,39€

Sendo esta situação preocupante, no presente, conforme o documento demonstra, onde o valor da amortização e juros anuais se situa nos 590.000 euros, o que seria num futuro próximo, o próximo mandato, com o empréstimo recentemente pedido, gerir-se o município com um compromisso de amortização e juros, na ordem de 1 milhão de Euros por ano? Será ou seria certamente a falência global.





Assembleia Municipal

ANEXO (IV)
Gráfico apresentado na
intervenção do
Sr. Presidente do Executivo

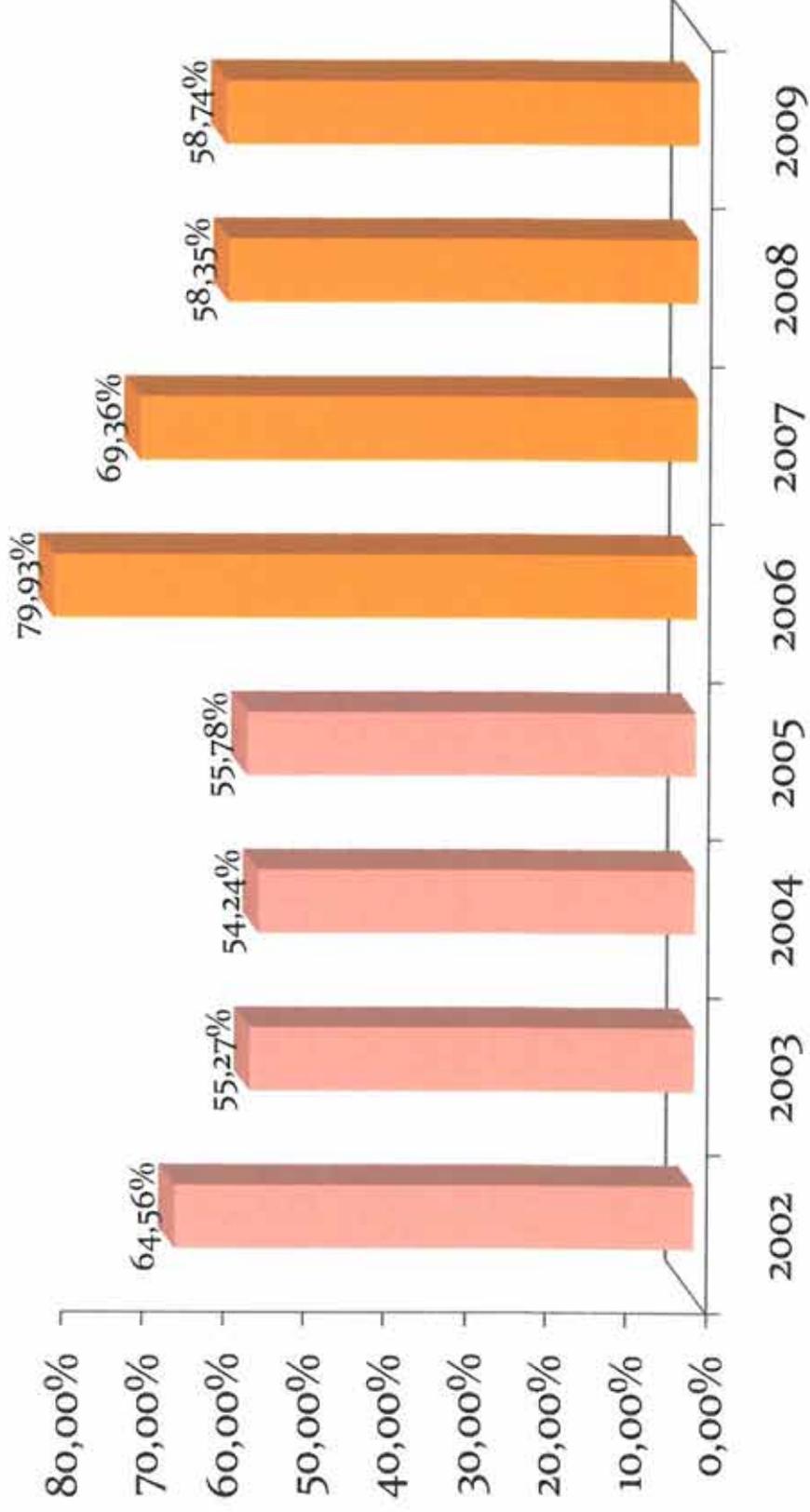
Comparativo 2002-2009



[Handwritten signature]
20/12



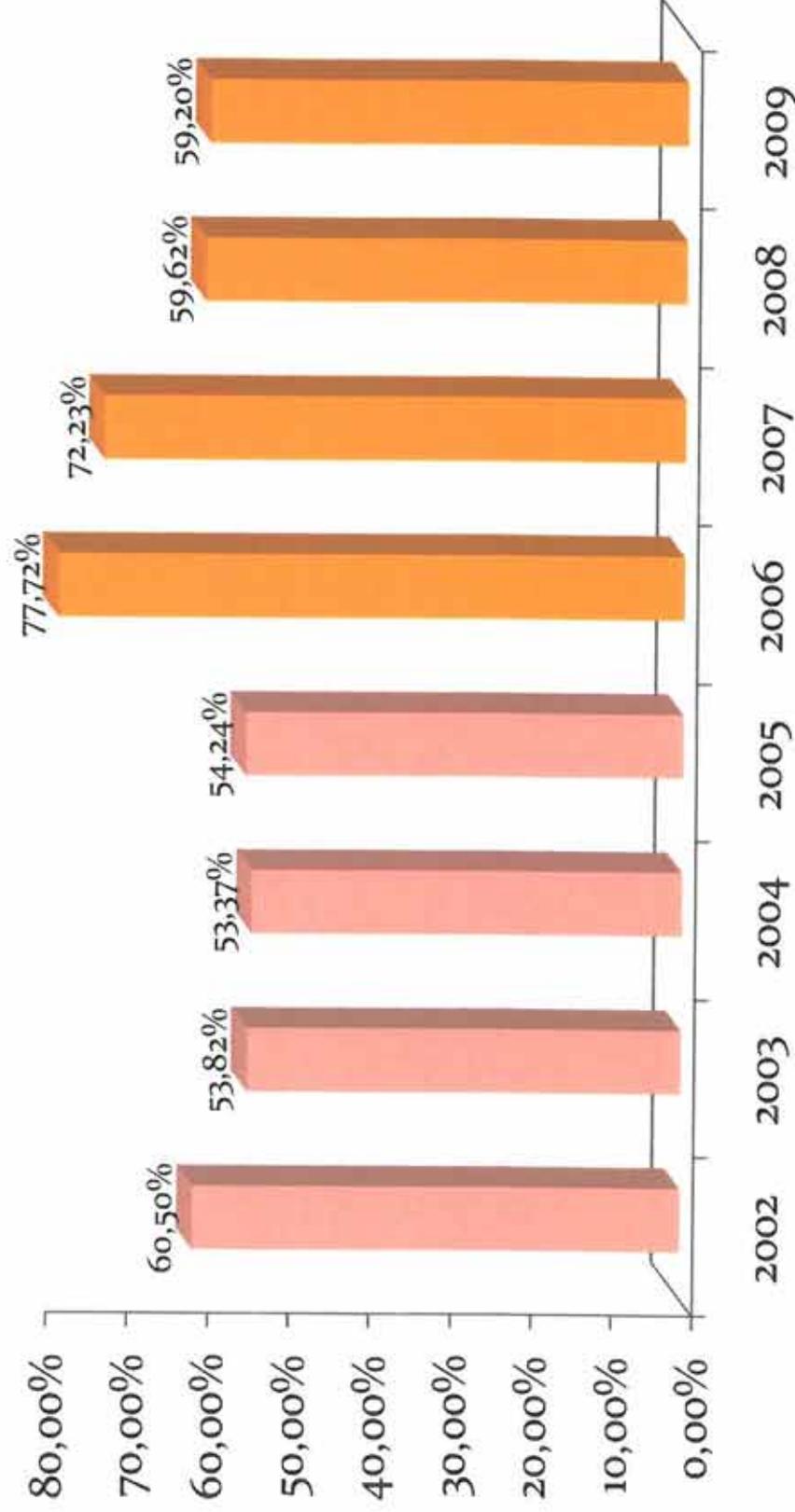
Execução da Receita



[Handwritten signature]



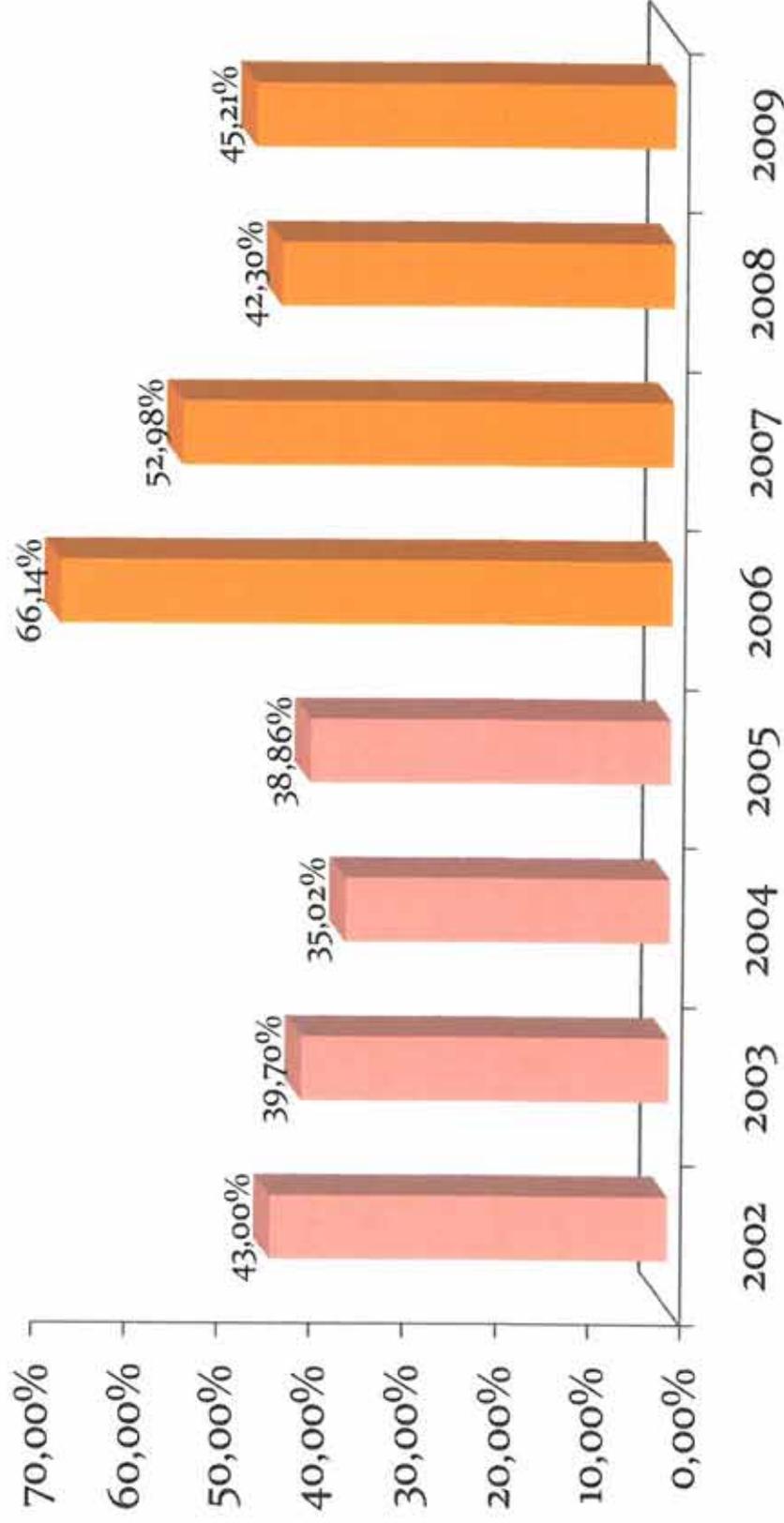
Execução da Despesa



[Handwritten signature]



Execução GOP's



[Handwritten signatures]



Assembleia Municipal

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

ANEXO (V)

Requalificação da

EB1 de Arganil



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

MUNICÍPIO DE ARGANIL

EMPREITADA

REQUALIFICAÇÃO DA EB1 DE ARGANIL

CRONOGRAMA FINANCEIRO / PLANO DE PAGAMENTOS

PERCENTAGENS MENSAS E ACUMULADAS

MES/DIAS	MENSAL	ACUMULADO
0	0,00%	0,00%
1	4,66%	4,66%
2	4,21%	8,87%
3	2,86%	11,73%
4	4,44%	16,18%
5	5,53%	21,71%
6	2,26%	23,97%
7	14,51%	38,48%
8	15,57%	54,06%
9	10,54%	64,60%
10	11,42%	76,02%
11	17,62%	93,64%
12	6,36%	100,00%

VALORES MENSAS E ACUMULADOS

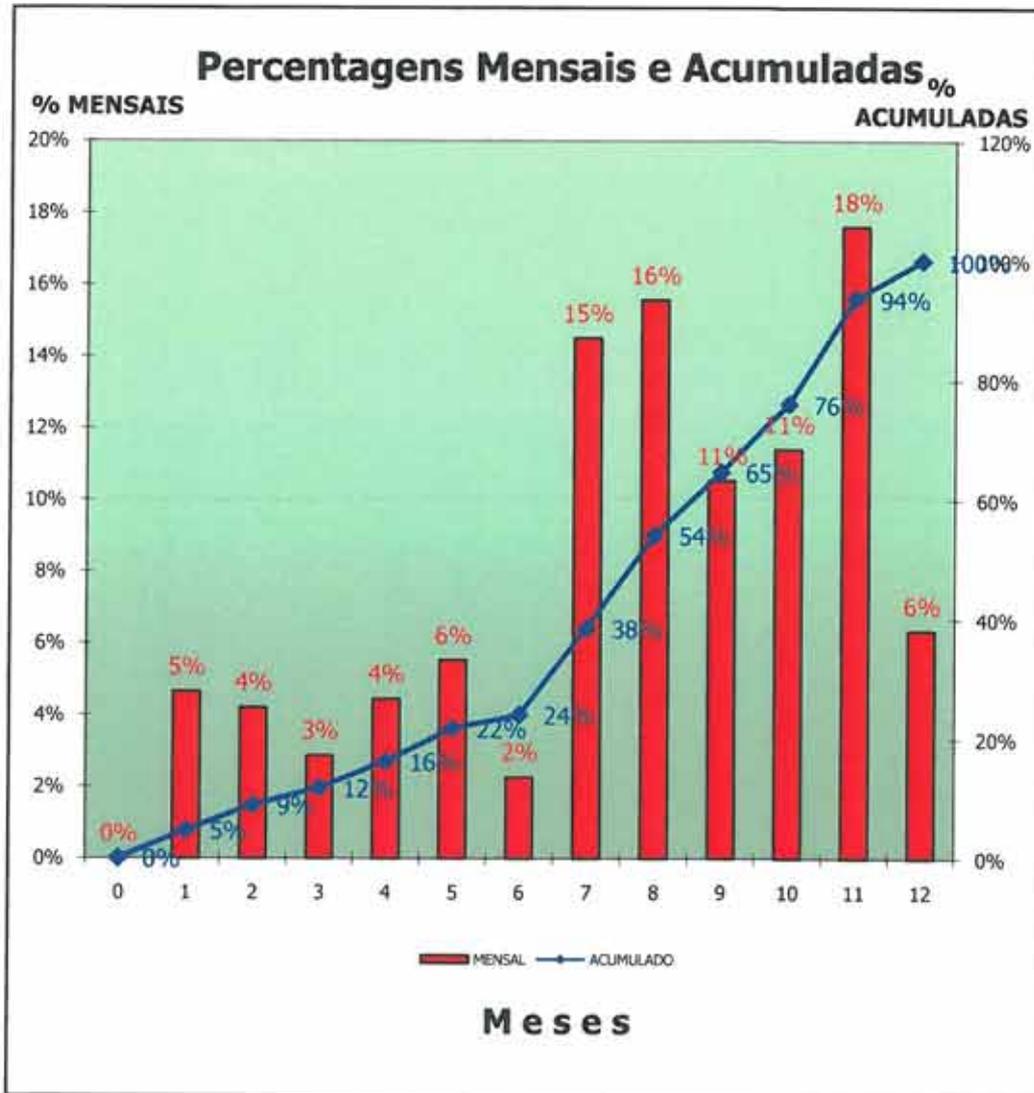
MES/DIAS	MENSAL	ACUMULADO
0	0,00 €	0,00 €
1	81.845,30 €	81.845,30 €
2	73.961,21 €	155.806,51 €
3	50.324,50 €	206.131,01 €
4	78.047,00 €	284.178,00 €
5	97.205,70 €	381.383,71 €
6	39.788,18 €	421.171,88 €
7	254.884,95 €	676.056,84 €
8	273.573,71 €	949.630,55 €
9	185.238,86 €	1.134.869,41 €
10	200.557,52 €	1.335.426,93 €
11	309.604,64 €	1.645.031,58 €
12	111.727,62 €	1.756.759,20 €

[Handwritten signature]

MUNICÍPIO DE ARGANIL

EMPREITADA

REQUALIFICAÇÃO DA EB1 DE ARGANIL



Viseu, 02 de Dezembro de 2009

A Gerência